



CONFEDERAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS

Município forte. Brasil forte.



Royalties de Petróleo e Gás

Introdução



A Confederação Nacional de Municípios – CNM, sempre defendeu uma discussão do problema da distribuição dos royalties e participação especial entre os entes federados, por entender que a legislação atual concentra recursos em uma minoria, fazendo com que poucos recebam expressivos valores enquanto a grande maioria fica sem nada.

Produtor ou Confrontante

Não existe Estado ou Município produtor de petróleo extraído do mar.

A Constituição Federal no art. 20 e as Leis 7.990/89 e a 9.478/97 falam de estados e municípios confrontantes.

Quebra de Contrato

Não há nenhum contrato firmado entre o Ente Federado, estado ou município, em relação aos royalties. Os contratos são entre as empresas exploradoras e a Agência Nacional do Petróleo (ANP).

O que está em discussão é a mudança dos beneficiários que recebem os recursos fruto destes contratos entre as empresas e a ANP.

Estas mudanças já ocorreram inúmeras vezes por legislações votadas pelo Congresso Nacional.

FPE Inconstitucional?

Não, a regra deve ser modificada

O Supremo Tribunal Federal (STF) deu um prazo para que o Congresso Nacional revise as regras de rateio do Fundo de Participação dos Estados, em nenhum momento afirmou que o FPE é inconstitucional, somente determinou uma revisão dos critérios que compõem o Fundo.

Participação Especial – IR disfarçado

A partir de 1997 com a Lei 9.478/97 criou-se uma nova tributação chamada de Participação Especial que nada mais é que um Imposto de Renda disfarçado, pois incide sobre o lucro das empresas produtoras.

Como Imposto de Renda a PE deveria ser partilhada pelo FPE e do FPM.

A concentração



Da soma de Royalties e Participação Especial provenientes de plataforma continental do ano de 2010 destinados aos municípios, somente 20 cidades ficaram com 62% do total da receita.

Beneficiário	Total Roy e PE Mar
Campos dos Goytacazes/RJ	1.113.102.435
Macaé/RJ	468.255.278
Rio das Ostras/RJ	306.474.101
São João da Barra/RJ	209.199.713
Cabo Frio/RJ	190.129.733
Rio de Janeiro/RJ	148.541.657
Presidente Kennedy/ES	114.386.093
Angra dos Reis/RJ	97.470.559
Quissamã/RJ	96.686.803
Casimiro de Abreu/RJ	74.309.444
Duque de Caxias/RJ	70.416.854
Paraty/RJ	56.340.160
Armação dos Búzios/RJ	55.026.525
São Sebastião/SP	53.576.514
Linhares/ES	53.084.282
Niterói/RJ	49.818.059
Guararema/SP	45.450.422
Maricá/RJ	42.767.809
Magé/RJ	38.606.705
Aracruz/ES	35.836.380

A concentração



As perguntas que se impõem são estas:

- É justo que poucas cidades tenham essa abundância de recursos de uma riqueza que é de todos os brasileiros?
- É justo que o município de Campos dos Goytacazes por uma “sorte” geográfica receba mais de R\$ 1,1 bilhão de reais enquanto seu vizinho São Francisco de Itabapoana receba R\$ 7 milhões, somente por um critério um tanto duvidoso de confrontação com campos de petróleo?

A alternativa



Durante o ano passado quando o Congresso Nacional aprovou o novo marco regulatório do pré sal, foi aprovada a Emenda Ibsen na Câmara e a Emenda Simon no Senado, que redistribuía todos os recursos oriundos da plataforma continental entre todos os brasileiros.

Infelizmente este artigo foi vetado pelo Presidente Lula. Ele promoveria uma grande desconcentração de renda.

Agora é hora de enfrentar novamente o problema e buscarmos uma solução negociada, em que todos possam abrir mão de uma parte para chegarmos a um acordo justo para os brasileiros.

Projeto aprovado no Senado



No dia 19/10/2011 foi aprovado o projeto do Senador Wellington Dias(PT/PI) elaborado em conjunto com a CNM, cujo relator foi o Senador Vital do Rego (PMDB/PB) que traz muitos recursos novos para os estados e municípios não confrontantes.

Para os próximos anos estes recursos vão aumentar significativamente, passando dos atuais 870 milhões para 8,07 bilhões em 2012 e mais de 40 bilhões em 2022.

Comparativo Atual vs Senado



Arrecadação dos ESTADOS com Royalties e PE de Petróleo em 2010:

Governos Estaduais	UF	Distribuído em 2011 pela Regra Atual	Receberia em 2012 com a Nova Regra aprovada pelo Senado	Aumento (Redução)
	AC	7.356.304	156.143.443	148.787.139
	AL	10.371.839	189.877.912	179.506.073
	AM	6.000.302	127.361.199	121.360.898
	AP	7.336.951	155.732.659	148.395.708
	BA	32.563.962	428.867.296	396.303.334
	CE	24.093.361	334.875.424	310.782.063
	DF	1.484.163	31.502.544	30.018.382
	ES	1.178.394.775	1.327.695.607	149.300.832
	GO	6.113.624	129.766.566	123.652.942
	MA	15.521.566	329.457.644	313.936.078
	MG	9.578.678	203.315.103	193.736.425
	MS	2.864.249	60.795.985	57.931.736
	MT	4.962.764	105.338.630	100.375.866
	PA	13.142.862	278.967.765	265.824.902

UF	Distribuído em 2011 pela Regra Atual	Receberia em 2012 com a Nova Regra aprovada pelo Senado	Aumento (Redução)
PB	10.297.751	218.577.999	208.280.248
PE	14.837.758	314.943.287	300.105.529
PI	9.292.468	197.240.068	187.947.600
PR	6.199.853	131.596.836	125.396.983
RJ	6.993.831.439	6.534.720.147	(459.111.293)
RN	25.088.662	190.690.351	165.601.689
RO	6.054.490	128.511.394	122.456.904
RR	5.334.342	113.225.676	107.891.334
RS	5.063.615	107.479.269	102.415.655
SC	2.752.002	58.413.440	55.661.438
SE	27.092.829	189.658.827	162.565.999
SP	40.494.098	65.717.107	25.223.009
TO	9.332.464	198.089.021	188.756.557
Total	8.475.457.172	12.308.561.200	3.833.104.028

Comparativo Atual vs Senado



Arrecadação dos MUNICÍPIOS com Royalties e PE de Petróleo em 2010:

	UF	Distribuído em 2011 pela Regra Atual	Receberia em 2012 com a Nova Regra aprovada pelo Senado	Aumento (Redução)	UF	Distribuído em 2011 pela Regra Atual	Receberia em 2012 com a Nova Regra aprovada pelo Senado	Aumento (Redução)
	Governos Municipais	AC	4.263.094	22.982.641	18.719.547	PB	38.507.121	149.832.674
AL		51.658.438	110.368.341	58.709.903	PE	91.989.765	232.676.098	140.686.333
AM		31.458.448	68.569.918	37.111.470	PI	22.196.888	119.664.997	97.468.110
AP		3.115.195	16.465.547	13.350.353	PR	58.027.596	312.830.889	254.803.293
BA		168.344.649	448.780.919	280.436.270	RJ	4.343.002.692	2.700.989.460	(1.642.013.232)
CE		83.681.907	241.900.337	158.218.430	RN	140.905.456	120.351.848	(20.553.609)
DF		1.115.157	6.011.889	4.896.733	RO	7.568.450	40.802.053	33.233.603
ES		887.314.741	537.155.040	(350.159.701)	RR	2.652.020	14.297.226	11.645.206
GO		31.395.181	169.253.649	137.858.469	RS	142.158.754	336.221.944	194.063.191
MA		35.791.619	192.955.158	157.163.539	SC	84.704.515	209.164.913	124.460.398
MG		112.736.031	607.767.949	495.031.918	SE	117.972.267	71.377.205	(46.595.062)
MS		13.096.548	70.604.422	57.507.873	SP	484.892.622	850.604.468	365.711.846
MT		15.702.223	84.651.802	68.949.578	TO	12.472.829	67.241.907	54.769.078
PA		31.647.084	168.749.106	137.102.023	Total	7.018.371.289	7.972.272.400	953.901.111

Discussões na Câmara dos Deputados

- O presidente da Câmara, Deputado Marco Maia (PT-RS) instituiu grupo de trabalho para construir novo substitutivo sobre a redistribuição dos royalties do petróleo, nomeando o deputado Carlos Zarattini (PT-SP) relator do grupo formado por 12 parlamentares indicados por Marco Maia.
- Apesar da proposta até o momento apresentada pelo Relator do grupo de trabalho ter estrutura baseada nos parâmetros estabelecidos pelo texto do Senado, ela propõe novos percentuais de distribuição entre os entes, de forma a retirar recursos do Fundo Especial nos próximos anos, transferindo-os principalmente para os Municípios ditos confrontantes e afetados.

Discussões na Câmara dos Deputados

- A regra de distribuição para Municípios confrontantes é a mais injusta e concentradora de todo o marco regulatório vigente. É a regra que, por exemplo, garantiu que Campos dos Goytacazes (RJ), Município de menos de 500 mil habitantes, recebesse sozinho o total de R\$ 1,26 bilhão em 2011, enquanto o Fundo Especial destinado para todos os Estados e Municípios distribuiu apenas R\$ 1,1 bilhão.
- Na prática o relatório aumenta o repasse para apenas 243 Municípios, enquanto outros 5.320 perdem recursos em relação à proposta aprovada pelo Senado.

Senado vs Zarattini



Discussões na Câmara dos Deputados

O Fundo Especial perde quase a metade dos recursos previstos pela regra aprovada no Senado em 2013. Para municípios a redução no fundo a ser distribuído pelo FPM nos próximos três anos é de nada menos que R\$ 6,87 bilhões

Comparativo do projeto aprovado pelo Senado com a minuta de relatório apresentada pelo Dep. Carlos Zarattini (R\$ milhões)

Royalties+PE	2013			2014			2015		
	Proj. Senado	Rel. Dep. Carlos Zarattini	Dif.	Proj. Senado	Rel. Dep. Carlos Zarattini	Dif.	Proj. Senado	Rel. Dep. Carlos Zarattini	Dif.
Total	31.653	31.653	-	35.141	35.141	-	39.923	39.923	-
União	9.897	9.742	(155)	10.873	10.713	(160)	12.666	12.479	(187)
Total Confrontação/Af.	11.873	16.406	4.533	12.330	17.144	4.814	13.012	17.916	4.904
Estados confrontantes	8.192	9.025	834	8.470	9.431	961	9.108	9.856	748
Municípios confrontantes	3.197	6.250	3.052	3.287	6.531	3.244	3.268	6.825	3.557
Municípios afetados	484	1.131	647	574	1.182	609	636	1.236	600
Fundo especial	9.883	5.505	(4.378)	11.938	7.284	(4.654)	14.245	9.528	(4.717)
FPM	4.941	2.752	(2.189)	5.969	3.642	(2.327)	7.122	4.764	(2.358)
FPE	4.941	2.752	(2.189)	5.969	3.642	(2.327)	7.122	4.764	(2.358)

Senado vs Zarattini



Arrecadação dos MUNICÍPIOS com Royalties e PE de Petróleo em 2010:

Governos Municipais	UF	Receberá em 2013 com a Regra aprovada pelo Senado	Receberá em 2013 com a Regra da Minuta Dep. Carlos Zarattini	Aumento (Redução)
	AC	26.227.295	13.641.773	(12.585.522)
	AL	125.949.975	68.871.507	(57.078.467)
	AM	78.250.514	42.177.085	(36.073.428)
	AP	18.790.128	9.929.728	(8.860.400)
	BA	510.404.827	345.570.906	(164.833.921)
	CE	276.051.456	156.194.636	(119.856.820)
	DF	6.860.639	3.568.468	(3.292.170)
	ES	536.244.359	1.093.287.805	557.043.447
	GO	193.148.620	100.463.644	(92.684.977)
	MA	220.196.271	114.532.114	(105.664.158)
	MG	693.571.697	360.751.941	(332.819.755)
	MS	80.572.246	41.908.564	(38.663.681)
	MT	96.602.813	50.246.647	(46.356.166)
	PA	192.572.847	101.049.845	(91.523.002)

UF	Receberá em 2013 com a Regra aprovada pelo Senado	Receberá em 2013 com a Regra da Minuta Dep. Carlos Zarattini	Aumento (Redução)
PB	170.985.822	88.935.964	(82.049.858)
PE	265.524.953	138.109.215	(127.415.739)
PI	136.559.118	71.029.379	(65.529.739)
PR	356.995.875	185.686.578	(171.309.297)
RJ	2.703.704.994	5.458.928.070	2.755.223.076
RN	136.514.275	95.643.806	(40.870.469)
RO	46.562.424	24.218.815	(22.343.609)
RR	16.315.686	8.486.383	(7.829.302)
RS	382.996.944	256.036.812	(126.960.132)
SC	237.696.613	198.265.896	(39.430.717)
SE	80.263.633	75.464.473	(4.799.160)
SP	956.743.761	990.514.846	33.771.085
TO	76.735.016	39.912.681	(36.822.335)
Total	8.623.042.800	10.133.427.583	1.510.384.783

Senado vs Zarattini



Arrecadação dos ESTADOS com Royalties e PE de Petróleo em 2010:

Governos Estaduais	UF	Receberá em 2013 com a Regra aprovada pelo Senado	Receberá em 2013 com a Regra da Minuta Dep. Carlos Zarattini	Aumento (Redução)	UF	Receberá em 2013 com a Regra aprovada pelo Senado	Receberá em 2013 com a Regra da Minuta Dep. Carlos Zarattini	Aumento (Redução)
	AC	178.413.368	94.161.090	(84.252.278)	PB	249.752.639	131.811.764	(117.940.875)
AL	216.959.208	115.966.064	(100.993.144)	PE	359.862.005	189.924.102	(169.937.903)	
AM	145.526.063	76.804.182	(68.721.881)	PI	225.371.391	118.944.091	(106.427.300)	
AP	177.943.996	93.913.370	(84.030.626)	PR	150.365.806	79.358.449	(71.007.357)	
BA	490.034.401	273.509.134	(216.525.267)	RJ	6.692.455.711	7.680.720.230	988.264.519	
CE	382.636.959	211.399.032	(171.237.927)	RN	217.887.521	129.160.710	(88.726.811)	
DF	35.995.588	18.997.365	(16.998.223)	RO	146.840.304	77.497.797	(69.342.506)	
ES	1.362.167.324	1.303.932.440	(58.234.884)	RR	129.374.464	68.279.864	(61.094.600)	
GO	148.274.495	78.254.719	(70.019.775)	RS	122.808.477	64.814.538	(57.993.939)	
MA	376.446.469	198.676.872	(177.769.597)	SC	66.744.644	35.225.771	(31.518.873)	
MG	232.312.875	122.607.593	(109.705.283)	SE	216.708.877	132.619.100	(84.089.777)	
MS	69.467.000	36.662.547	(32.804.453)	SP	73.125.177	93.172.562	20.047.385	
MT	120.362.529	63.523.642	(56.838.887)	TO	226.341.425	119.456.045	(106.885.380)	
PA	318.755.482	168.229.343	(150.526.139)	Total	13.132.934.200	11.777.622.417	(1.355.311.783)	

Regra Atual vs Senado



IBGE	Município	Valor distribuído em 2011 pela Regra Atual	Valor que receberia em 2012 com a Nova Regra aprovada pelo Senado	Aumento (Redução)
430250	Bossoroca/RS	69.352,62	373.884,90	304.532,28
430330	Caibaté/RS	69.352,62	373.884,90	304.532,28
430520	Cerro Largo/RS	92.470,16	498.513,20	406.043,04
430635	Dezesseis de Novembro/RS	69.352,62	373.884,90	304.532,28
430693	Entre-Ijuís/RS	69.352,62	373.884,90	304.532,28
430783	Eugênio de Castro/RS	69.352,62	373.884,90	304.532,28
430865	Garruchos/RS	69.352,62	373.884,90	304.532,28
430900	Giruá/RS	138.705,24	747.769,78	609.064,54
430950	Guarani das Missões/RS	69.352,62	373.884,90	304.532,28
431055	Itacurubi/RS	69.352,62	373.884,90	304.532,28
431217	Mato Queimado/RS	69.352,62	373.884,90	304.532,28
431455	Pirapó/RS	69.352,62	373.884,90	304.532,28
431510	Porto Xavier/RS	92.470,16	498.513,20	406.043,04
431595	Rolador/RS	69.352,62	373.884,90	304.532,28
431630	Roque Gonzales/RS	69.352,62	373.884,90	304.532,28
431647	Salvador das Missões/RS	69.352,62	373.884,90	304.532,28
431750	Santo Ângelo/RS	300.528,00	1.620.167,82	1.319.639,81
431770	Santo Antônio das Missões/RS	92.470,16	498.513,20	406.043,04
431890	São Luiz Gonzaga/RS	184.940,31	997.026,36	812.086,05
431915	São Miguel das Missões/RS	69.352,62	373.884,90	304.532,28
431920	São Nicolau/RS	69.352,62	373.884,90	304.532,28
431930	São Paulo das Missões/RS	69.352,62	373.884,90	304.532,28
431937	São Pedro do Butiá/RS	69.352,62	373.884,90	304.532,28
432057	Sete de Setembro/RS	69.352,62	373.884,90	304.532,28
432234	Ubiretama/RS	69.352,62	373.884,90	304.532,28
432375	Vitória das Missões/RS	69.352,62	373.884,90	304.532,28

Senado vs Zarattini



Município	UF	Receberá em 2013 com a Regra aprovada pelo Senado	Receberá em 2013 com a Regra da Minuta Dep. Carlos Zarattini	Aumento (Redução)
Bossoroca/RS	RS	426.669	138.488	(288.181)
Caibaté/RS	RS	426.669	138.488	(288.181)
Cerro Largo/RS	RS	568.893	184.651	(384.241)
Dezesseis de Novembro/RS	RS	426.669	138.488	(288.181)
Entre-Ijuís/RS	RS	426.669	138.488	(288.181)
Eugênio de Castro/RS	RS	426.669	138.488	(288.181)
Garruchos/RS	RS	426.669	138.488	(288.181)
Giruá/RS	RS	853.339	276.977	(576.362)
Guarani das Missões/RS	RS	426.669	138.488	(288.181)
Itacurubi/RS	RS	426.669	138.488	(288.181)
Mato Queimado/RS	RS	426.669	138.488	(288.181)
Pirapó/RS	RS	426.669	138.488	(288.181)
Porto Xavier/RS	RS	568.893	184.651	(384.241)
Rolador/RS	RS	426.669	138.488	(288.181)
Roque Gonzales/RS	RS	426.669	138.488	(288.181)
Salvador das Missões/RS	RS	426.669	138.488	(288.181)
Santo Ângelo/RS	RS	1.848.901	600.117	(1.248.784)
Santo Antônio das Missões/RS	RS	568.893	184.651	(384.241)
São Luiz Gonzaga/RS	RS	1.137.785	369.303	(768.482)
São Miguel das Missões/RS	RS	426.669	138.488	(288.181)
São Nicolau/RS	RS	426.669	138.488	(288.181)
São Paulo das Missões/RS	RS	426.669	138.488	(288.181)
São Pedro do Butiá/RS	RS	426.669	138.488	(288.181)
Sete de Setembro/RS	RS	426.669	138.488	(288.181)
Ubiretama/RS	RS	426.669	138.488	(288.181)
Vitória das Missões/RS	RS	426.669	138.488	(288.181)
Totais		14.080.090	4.570.120	(9.509.970)

Município forte. Brasil forte.



Lei de Acesso às Informações Públicas

A Lei de Acesso à Informação, em vigor desde 16 de maio/2012 assegura aos cidadãos em geral o **acesso a todas informações públicas que não estejam sob sigilo.**

Obrigações aos Municípios



- Promover a divulgação de informações de interesse coletivo ou geral em local de fácil acesso;
- Criar o Serviço de Informação ao Cidadão – SIC;
- O acesso a informações será assegurado também por meio da realização de audiências ou consultas públicas, no incentivo à participação popular ou por outras formas de divulgação.

Serviço de Informações ao Cidadão (SIC)



- Deverá contar com **condições apropriadas** para:
- Atender e orientar o público quanto ao acesso a informações;
 - Informar sobre a tramitação de documentos nas suas respectivas unidades;
 - Protocolizar documentos e requerimentos de acesso a informações.

Obrigações aos Municípios



Na divulgação das informações, deverão constar:

- registro das competências e estrutura organizacional, endereços e telefones das unidades e horários de atendimento ao público;
- registros de repasses ou transferências de recursos financeiros;
- registros das despesas;
- informações sobre os procedimentos licitatórios, inclusive os editais, resultados e todos os contratos celebrados;
- dados gerais para o acompanhamento de programas, ações, projetos e obras de órgãos e entidades;
- respostas a perguntas mais frequentes.

Sites dos Municípios



Os *sites* deverão atender aos seguintes **requisitos**, entre outros:

- conter ferramenta de pesquisa que possibilite acesso à **informação de forma objetiva, transparente e clara**;
- permitir a **gravação de relatórios**;
- garantir a **autenticidade e a integridade** das informações disponíveis;
- manter **atualizadas** as informações para acesso;
- indicar local e instruções que permitam ao interessado **comunicar-se, por via eletrônica ou telefônica**, com o Município.

Municípios com até 10.000 hab



Ficam **desobrigados de disponibilizar:** a divulgação em *sites* oficiais na internet relativas aos órgãos públicos, suas competências e seus responsáveis, bem como àquelas relativas a quadro de pessoal.

No entanto, **devem manter:** as demais obrigações como a divulgação nos meios legítimos que dispuser e divulgar em tempo real, a partir de maio de 2013, as informações relativas à execução orçamentária e financeira, como determina a LRF.

Penalidades aos Municípios



O art. 32, da Lei 12.527/2011, responsabiliza o agente público que deixar de atender às determinações da lei, caracterizando a prática como:

- conduta ilícita (Dec.Lei nº 201/67); e
- improbidade administrativa (Lei nº 8429/92).

Orientações CNM



A CNM disponibiliza em seu portal:

www.cnm.org.br

orientações e modelos que os Municípios poderão utilizar para cumprirem com as obrigações geradas pela Lei de Acesso à Informação.

Lei de Acesso à Informação

Legislação

- ▶ Lei nº 12.527/2012 - Lei de acesso à informação
- ▶ Decreto nº 7.724/2012 - Dispõe sobre acesso

Modelos

- ▶ Projeto de Lei Municipal
- ▶ Requerimento
- ▶ Recurso

Publicações CNM

- ▶ Artigo - Lei de acesso às informações públicas

Notícias [+] notícias

- 11/07/12 - Assomasul lançará Portal Legisla Web durante seminário
- 09/07/12 - Lei de Acesso à Informação preocupa gestores que participaram do 32º Congresso de Municípios
- 06/07/12 - Liminar da justiça federal do DF proíbe a divulgação da remuneração dos servidores

Município forte. Brasil forte.



O Fundo de Participação dos Municípios FPM

Estimativa FPM - Governo



Previsão do FPM					
Imposto	LOA	Reprogramação Dez 2011	Cresc	Reprogramação 2	Cresc
IR	275.153,70	263.049,30	-4,4%	263.203,70	-4,3%
IPI	51.452,70	51.004,90	-0,9%	51.001,50	-0,9%
Total	326.606,40	314.054,20	-3,8%	314.205,20	-3,8%
FPM	76.752,50	73.802,74	-3,8%	73.838,22	-3,8%

O Fundo de Participação dos Municípios (FPM) foi estimado para o ano de 2012 em R\$ 76,7 Bilhões. Com a primeira reprogramação orçamentária do Governo, a estimativa caiu para R\$ 73,8 Bilhões, queda de 3,8%. Já com a segunda reprogramação só a arrecadação do IR que sofreu queda, mais não alterando consideravelmente o total, mantendo a queda.

Estimativa FPM - CNM



Projeção do FPM - Segundo Semestre 2012			
Ano	1º Semestre	2º Semestre	Total
2009	25.351.977	23.890.903	49.243
2010	25.937.936	25.627.637	51.566
2011	32.820.712	30.126.094	62.947
2012	35.807.611	37.195.177	73.003

Valores Bruto e Nominal, e não inclui projeção para o 1%

O Fundo teve o montante de R\$ 35,8 Bilhões no primeiro semestre, e com isso, projetamos o valor de R\$ 37,1 Bilhões para o segundo semestre, e o total do Fundo no ano deve chegar a R\$ 73 bilhões.

O estado do Rio Grande do Sul iria receber o montante de R\$ 5,2 bilhões, caso a primeira estimativa do governo não tivesse sofrido alteração.

Com a reestimativa, o estado do rio grande do sul teve um corte de **R\$ 200 milhões**. O valor estimado para 2012 é de R\$ 5 bilhões.

Os municípios associados a AMM, receberam até o primeiro decêndio de julho o valor de R\$ 98 milhões, 6,8% maior do que o repasse no mesmo período do ano anterior.

O FPM



O FPM este ano está apresentando um comportamento muito bom, levando em considerações as previsões da Receita.

A previsão para o mês de julho em relação ao mês de junho é de queda de 13%. Queda já esperada em razão da sazonalidade do fundo. Em agosto, a projeção é de crescimento de 14% em relação ao mês de julho.

Mesmo a projeção sendo de queda para o mês de julho, o total do mês será maior do que o ano passado em **4,1%**. Já o mês de agosto provavelmente fechará com um crescimento de **15,1%** em relação ao ano passado.

A desoneração do IPI



Previsão do Governo Federal para o FPM total de 2012 (R\$ milhões)

Item	Valor
FPM 2012 - Avaliação 1º bimestre	73.838
Desoneração do IPI linha branca	632
Desoneração do IPI moveis / papel de parede e demais	218
Desoneração do IPI automoveis	1.200
Total da desoneração	2.050
Impacto no FPM (23,5%)	482
FPM 2012 considerando desonerações	73.356

Impacto da desoneração



De acordo com as estimativas do governo, a renúncia da arrecadação do IPI até junho de 2012, vai ultrapassar os R\$ 2 bilhões, acarretando um impacto negativo no FPM de R\$ 482 milhões.

No estado do RS o impacto da desoneração será de **R\$ 32,6 milhões**.

O impacto nos municípios associados a AMM, é de **R\$ 1,3 milhões**

O FPM



Os municípios do Rio Grande do Sul receberam no primeiro semestre R\$ 2,4 bilhões, que corresponde a 6,8% do total brasileiro.

Participação do FPM dos estados					
Estado	FPM	Part.Total	Estado	FPM	Part.Total
AC	175.129.110,37	0,5%	PB	1.140.385.398,80	3,2%
AL	840.188.557,44	2,4%	PE	1.770.379.142,06	5,0%
AM	522.138.278,19	1,5%	PI	935.707.603,72	2,7%
AP	125.507.865,30	0,4%	PR	2.397.947.945,13	6,8%
BA	3.210.029.619,71	9,1%	RJ	1.063.992.087,47	3,0%
CE	1.841.182.807,93	5,2%	RN	889.138.565,61	2,5%
DF	59.324.968,46	0,2%	RO	298.825.390,47	0,8%
ES	622.244.119,28	1,8%	RR	97.143.572,75	0,3%
GO	1.287.892.039,05	3,6%	RS	2.391.045.292,39	6,8%
MA	1.468.261.433,60	4,2%	SC	1.374.132.245,52	3,9%
MG	4.624.337.636,22	13,1%	SE	526.583.606,06	1,5%
MS	535.943.808,35	1,5%	SP	4.656.759.875,87	13,2%
MT	644.192.185,70	1,8%	TO	501.482.939,93	1,4%
PA	1.298.460.137,56	3,7%	Total	35.298.356.232,93	100,0%

O FPM



Repasse do FPM - Valor bruto e nominal

Mês	2011	2012	Cresc
Janeiro	5.709.228.313,80	5.681.480.772,23	-0,5%
Fevereiro	6.150.856.588,36	6.872.614.090,15	11,7%
Março	4.015.404.114,04	4.667.636.656,54	16,2%
Abril	5.322.405.354,10	5.882.710.074,80	10,5%
Maio	6.109.007.646,36	6.579.394.978,23	7,7%
Junho	5.513.809.735,51	5.614.519.660,99	1,8%
Julho*	2.693.763.308,03	2.591.554.470,75	-3,8%
Total	35.514.475.060,20	37.889.910.703,68	6,7%

*Não inclui o valor do 3º decêndio.

O FPM



Repasse do FPM - Valor bruto e real

Mês	2011	2012	Cresc
Janeiro	6.170.420.695,14	5.780.975.407,64	-6,3%
Fevereiro	6.594.964.060,27	6.961.640.583,67	5,6%
Março	4.271.581.002,27	4.718.192.101,90	10,5%
Abril	5.618.702.989,88	5.908.610.941,33	5,2%
Maiο	6.418.926.378,70	6.584.658.494,21	2,6%
Junho	5.784.855.939,04	5.614.519.660,99	-2,9%
Julho*	2.821.667.847,40	2.591.554.470,75	-8,2%
Total	37.681.118.912,70	38.160.151.660,48	1,3%

*Não inclui o valor do 3º decêndio.

Repasse do FPM acumulado de janeiro a julho – Valor Bruto e nominal



Município	2011	2012	Cresc
Bossoroca/RS	2.502.045,66	3.012.946,22	20,4%
Caibaté/RS	2.502.045,66	3.012.946,22	20,4%
Cerro Largo/RS	3.336.060,88	4.017.261,63	20,4%
Dezesseis de Novembro/RS	2.502.045,66	3.012.946,22	20,4%
Entre-Ijuís/RS	2.502.045,66	3.012.946,22	20,4%
Eugênio de Castro/RS	2.502.045,66	3.012.946,22	20,4%
Garruchos/RS	2.502.045,66	3.012.946,22	20,4%
Giruá/RS	5.004.091,31	5.021.577,04	0,3%
Guarani das Missões/RS	2.502.045,66	3.012.946,22	20,4%
Itacurubi/RS	2.502.045,66	3.012.946,22	20,4%
Mato Queimado/RS	2.502.045,66	3.012.946,22	20,4%
Pirapó/RS	2.502.045,66	3.012.946,22	20,4%
Porto Xavier/RS	3.336.060,88	4.017.261,63	20,4%

O município de Giruá/RS foi o único município do RS que diminuiu o coeficiente do FPM

Repasse do FPM acumulado de janeiro a julho – Valor Bruto e nominal



Município	2011	2012	Cresc
Rolador/RS	2.502.045,66	3.012.946,22	20,4%
Roque Gonzales/RS	2.502.045,66	3.012.946,22	20,4%
Salvador das Missões/RS	2.502.045,66	3.012.946,22	20,4%
Santo Ângelo/RS	10.842.197,85	13.056.100,30	20,4%
Santo Antônio das Missões/RS	3.336.060,88	4.017.261,63	20,4%
São Luiz Gonzaga/RS	6.672.121,75	8.034.523,26	20,4%
São Miguel das Missões/RS	2.502.045,66	3.012.946,22	20,4%
São Nicolau/RS	2.502.045,66	3.012.946,22	20,4%
São Paulo das Missões/RS	2.502.045,66	3.012.946,22	20,4%
São Pedro do Butiá/RS	2.502.045,66	3.012.946,22	20,4%
Sete de Setembro/RS	2.502.045,66	3.012.946,22	20,4%
Ubiretama/RS	2.502.045,66	3.012.946,22	20,4%
Vitória das Missões/RS	2.502.045,66	3.012.946,22	20,4%

O FPM



Total do repasse do FPM do 2º decêndio de julho de 2012 **R\$ 555.359.650,98**

Total do repasse do FPM dos municípios do Rio Grande do Sul para o 2º decêndio de julho de 2012 – **R\$ 37.619.034,45**

O repasse do FPM dos municípios da AMM é de **R\$ 98.422.909,98**

O FPM – Municípios AMM



Relação dos municípios da AMM com a respectiva distribuição do FPM para o segundo decêndio de julho. Será depositado na sexta-feira dia 20.

Repasse do FPM dos municípios da AMM - Valor bruto e nominal

Município	ITR 2010	Município	ITR 2010
Bossoroca/RS	44.818,24	Rolador/RS	44.818,24
Caibaté/RS	44.818,24	Roque Gonzales/RS	44.818,24
Cerro Largo/RS	59.757,65	Salvador das Missões/RS	44.818,24
Dezesseis de Novembro/RS	44.818,24	Santo Ângelo/RS	194.212,36
Entre-Ijuís/RS	44.818,24	Santo Antônio das Missões/RS	59.757,65
Eugênio de Castro/RS	44.818,24	São Luiz Gonzaga/RS	119.515,30
Garruchos/RS	44.818,24	São Miguel das Missões/RS	44.818,24
Giruá/RS	74.697,06	São Nicolau/RS	44.818,24
Guarani das Missões/RS	44.818,24	São Paulo das Missões/RS	44.818,24
Itacurubi/RS	44.818,24	São Pedro do Butiá/RS	44.818,24
Mato Queimado/RS	44.818,24	Sete de Setembro/RS	44.818,24
Pirapó/RS	44.818,24	Ubiretama/RS	44.818,24
Porto Xavier/RS	59.757,65	Vitória das Missões/RS	44.818,24

Imposto Territorial Rural ITR

Imposto Territorial Rural - ITR



Município	ITR 2010	ITR 2011	Cresc	Conveniado
Bossoroca/RS	260.775,30	313.454,40	20,2%	Sim
Caibaté/RS	12.665,87	14.335,67	13,2%	Não
Cerro Largo/RS	13.360,84	7.720,71	-42,2%	Sim
Dezesseis de Novembro/RS	8.062,67	7.665,51	-4,9%	Não
Entre-Ijuís/RS	25.284,08	28.640,60	13,3%	Não
Eugênio de Castro/RS	25.602,13	28.402,17	10,9%	Não
Garruchos/RS	74.342,68	73.078,63	-1,7%	Sim
Giruá/RS	108.419,33	119.218,59	10,0%	Sim
Guarani das Missões/RS	4.825,30	6.103,65	26,5%	Não
Itacurubi/RS	246.713,97	283.093,27	14,7%	Sim
Mato Queimado/RS	3.197,92	3.329,13	4,1%	Não
Pirapó/RS	10.942,70	12.669,03	15,8%	Não
Porto Xavier/RS	13.209,63	13.758,40	4,2%	Sim

Imposto Territorial Rural - ITR



Município	ITR 2010	ITR 2011	Cresc	Conveniado
Rolador/RS	9.141,89	10.118,32	10,7%	Não
Roque Gonzales/RS	13.948,63	15.524,90	11,3%	Não
Salvador das Missões/RS	1.984,42	1.960,11	-1,2%	Não
Santo Ângelo/RS	28.628,55	60.182,24	110,2%	Sim
Santo Antônio das Missões/RS	429.228,72	467.247,43	8,9%	Sim
São Luiz Gonzaga/RS	269.449,01	313.546,55	16,4%	Sim
São Miguel das Missões/RS	179.820,42	244.119,11	35,8%	Sim
São Nicolau/RS	25.320,70	38.421,82	51,7%	Não
São Paulo das Missões/RS	1.684,35	2.035,91	20,9%	Não
São Pedro do Butiá/RS	2.734,60	2.969,75	8,6%	Não
Sete de Setembro/RS	2.839,35	3.436,82	21,0%	Não
Ubiretama/RS	1.808,27	1.989,97	10,0%	Não
Vitória das Missões/RS	7.874,97	9.131,38	16,0%	Não

Município forte. Brasil forte.



IPVA

IPVA – Municípios



IPVA - Municípios				
Ano	Nominal	Cresc(%)	Real	Cresc(%)
2009	10.102.442	-	11.866.094	-
2010	10.746.754	6,4%	12.017.329	1,3%
2011	12.199.929	13,5%	12.793.300	6,5%

FONTE: CONFAZ

IPVA - Municípios - Janeiro e Fevereiro				
Ano	Nominal	Cresc(%)	Real	Cresc(%)
2010	7.349.524	-	8.218.449	-
2011	8.380.597	14,0%	8.788.207	6,9%
2012	9.302.108	26,6%	9.373.812	14,1%

FONTE: CONFAZ

IPVA – Municípios RS



IPVA - Municípios (Valores bruto e corrigido)							
UF	2010	2011	Cresc	UF	2010	2011	Cresc
AC	17.222	18.011	4,6%	PE	222.974	250.264	12,2%
AL	63.867	68.875	7,8%	PI	57.519	64.081	11,4%
AM	92.108	94.530	2,6%	PR	757.994	808.311	6,6%
AP	20.440	23.154	13,3%	RJ	782.392	807.647	3,2%
BA	317.456	344.508	8,5%	RN	84.989	90.797	6,8%
CE	179.940	204.887	13,9%	RO	58.234	63.476	9,0%
ES	174.479	180.146	3,2%	RR	12.186	14.879	22,1%
GO	293.288	328.890	12,1%	RS	835.830	876.591	4,9%
MA	96.715	109.035	12,7%	SC	489.082	519.842	6,3%
MG	1.325.654	1.431.522	8,0%	SE	46.386	50.960	9,9%
MS	116.285	119.938	3,1%	SP	5.234.815	5.497.149	5,0%
MT	145.500	159.582	9,7%	TO	43.757	50.627	15,7%
PA	132.165	162.567	23,0%	Total	11.665.626	12.412.109	6,5%
PB	64.351	71.843	11,6%				

Fonte: Confaz

IPVA – Municípios AMM



Município	2011	2012	Cresc
Bossoroca/RS	87.899,58	113.543,72	29,2%
Caibaté/RS	130.383,54	148.136,33	13,6%
Cerro Largo/RS	499.887,06	550.594,97	10,1%
Dezesseis de Novembro/RS	34.386,25	38.234,76	11,2%
Entre-Ijuís/RS	177.619,16	225.105,11	26,7%
Eugênio de Castro/RS	52.976,84	55.408,04	4,6%
Garruchos/RS	33.064,35	40.114,65	21,3%
Giruá/RS	362.515,57	416.652,09	14,9%
Guarani das Missões/RS	213.125,60	233.969,08	9,8%
Itacurubi/RS	23.230,14	27.351,39	17,7%
Mato Queimado/RS	46.047,18	64.672,17	40,4%
Pirapó/RS	34.945,26	44.239,23	26,6%
Porto Xavier/RS	334.310,23	363.857,60	8,8%

IPVA – Municípios AMM



Município	2011	2012	Cresc
Rolador/RS	35.638,89	41.133,37	15,4%
Roque Gonzales/RS	155.088,54	189.150,40	22,0%
Salvador das Missões/RS	92.785,54	106.573,70	14,9%
Santo Ângelo/RS	2.547.692,42	2.817.705,34	10,6%
Santo Antônio das Missões/RS	132.057,53	152.539,58	15,5%
São Luiz Gonzaga/RS	828.050,89	944.750,73	14,1%
São Miguel das Missões/RS	156.226,19	192.109,50	23,0%
São Nicolau/RS	54.841,68	60.875,72	11,0%
São Paulo das Missões/RS	91.218,16	102.522,11	12,4%
São Pedro do Butiá/RS	77.366,91	85.196,41	10,1%
Sete de Setembro/RS	25.913,76	30.732,50	18,6%
Ubiretama/RS	30.836,33	38.472,97	24,8%
Vitória das Missões/RS	48.258,10	53.822,34	11,5%

Município forte. Brasil forte.



ICMS

ICMS – Municípios



ICMS - Municípios				
Ano	Nominal	Cresc(%)	Real	Cresc(%)
2009	57.354.974	-	67.367.822	-
2010	67.676.936	18,0%	74.066.038	9,9%
2011	75.770.763	12,0%	77.751.736	5,0%

Fonte: CONFAZ

ICMS - Municípios - Janeiro e Maio				
Ano	Nominal	Cresc(%)	Real	Cresc(%)
2010	26.815.605	-	29.985.978	-
2011	29.815.391	11,2%	31.265.531	4,3%
2012	32.841.371	22,5%	33.094.527	10,4%

Fonte: CONFAZ

ICMS – Municípios RS



ICMS - Municípios (Valores bruto e corrigido)							
UF	2010	2011	Cresc	UF	2010	2011	Cresc
AC	161.532	152.909	-5,3%	PE	2.341.052	2.590.754	10,7%
AL	578.986	593.232	2,5%	PI	534.324	545.048	2,0%
AM	1.545.637	1.545.149	0,0%	PR	3.854.553	4.166.190	8,1%
AP	135.654	133.275	-1,8%	RJ	6.402.173	6.565.597	2,6%
BA	3.379.778	3.423.725	1,3%	RN	791.042	829.608	4,9%
CE	1.711.448	1.773.518	3,6%	RO	607.304	677.188	11,5%
ES	1.938.537	2.231.069	15,1%	RR	114.364	110.014	-3,8%
GO	2.273.994	2.577.521	13,3%	RS	4.980.277	5.090.462	2,2%
MA	820.557	890.663	8,5%	SC	2.885.262	3.266.387	13,2%
MG	7.567.146	7.626.484	0,8%	SE	515.345	520.382	1,0%
MS	1.291.769	1.413.078	9,4%	SP	25.694.681	26.659.294	3,8%
MT	1.485.419	1.517.688	2,2%	TO	311.763	331.573	6,4%
PA	1.440.440	1.783.674	23,8%	Total	74.066.038	77.751.736	5,0%
PB	702.999	737.255	4,9%				

Fonte: CONFAZ

ICMS – Municípios AMM



Município	2011	2012	Cresc
Bossoroca/RS	1.734.439,33	1.896.573,85	9,3%
Caibaté/RS	750.890,20	856.221,36	14,0%
Cerro Largo/RS	1.790.498,78	2.110.734,86	17,9%
Dezesseis de Novembro/RS	428.368,19	504.606,67	17,8%
Entre-Ijuís/RS	1.485.024,26	1.647.427,89	10,9%
Eugênio de Castro/RS	998.597,07	1.066.591,90	6,8%
Garruchos/RS	2.208.812,73	2.392.063,22	8,3%
Giruá/RS	2.493.100,74	2.778.302,87	11,4%
Guarani das Missões/RS	1.113.042,81	1.215.137,63	9,2%
Itacurubi/RS	947.200,75	1.015.797,45	7,2%
Mato Queimado/RS	404.973,19	438.258,82	8,2%
Pirapó/RS	499.719,19	552.559,39	10,6%
Porto Xavier/RS	1.088.828,94	1.081.950,13	-0,6%

Fonte: SEFAZ/RS

ICMS – Municípios AMM



Município	2011	2012	Cresc
Rolador/RS	598.521,89	612.266,06	2,3%
Roque Gonzales/RS	912.147,80	1.028.838,64	12,8%
Salvador das Missões/RS	786.391,48	830.311,27	5,6%
Santo Ângelo/RS	6.151.119,20	6.941.724,01	12,9%
Santo Antônio das Missões/RS	1.925.372,89	2.123.820,41	10,3%
São Luiz Gonzaga/RS	3.369.970,32	3.611.914,14	7,2%
São Miguel das Missões/RS	2.008.965,34	2.217.139,83	10,4%
São Nicolau/RS	699.567,87	774.842,20	10,8%
São Paulo das Missões/RS	798.769,65	876.066,22	9,7%
São Pedro do Butiá/RS	813.438,94	911.706,36	12,1%
Sete de Setembro/RS	403.514,62	452.571,30	12,2%
Ubiretama/RS	504.829,37	564.339,40	11,8%
Vitória das Missões/RS	549.490,03	592.339,02	7,8%

Fonte: SEFAZ/RS

Município forte. Brasil forte.



Portaria Interministerial nº 507/2011

A Portaria 507/2011 **regula os convênios, contratos de repasse e os termos de cooperação** celebrados pelos órgãos e entidades de administração pública federal com órgãos ou entidades públicas ou privadas sem fins lucrativos.

Uma das grandes conquistas da XV marcha, foi a publicação da portaria 205/2012 que aplica o processo simplificado de convênios até R\$ 750,00 para os contratos anteriores a novembro de 2011.

Os impactos dos Pisos Salariais Nacionais



Piso Salarial do Magistério anteriores



Vigente há 4 anos, a Lei do Piso do Magistério tem agravado sucessivamente as dificuldades financeiras dos Municípios.

As preocupações com o impacto do piso apresentadas pela CNM não são recentes.

Desde a discussão da EC 53/2006, que criou o Fundeb, a CNM vem alertando sobre o risco de afronta ao pacto federativo, com a aprovação da obrigatoriedade do estabelecimento de piso salarial nacional para o magistério.

Ao alterar a Constituição, a União legislou sobre políticas remuneratórias de competência exclusiva dos Entes Estados e Municípios.

A discussão do Piso no Congresso



Durante a tramitação do projeto no Congresso, a CNM apresentou várias reivindicações, na forma de Emendas, que visavam diminuir o impacto do que estava sendo proposto, como por exemplo:

- Manutenção do conceito de piso como remuneração.
- Garantia do aporte financeiro da União, quando os 60% do Fundeb fossem insuficientes para cumprir o valor do piso nos Municípios.
- Respeito à competência dos Municípios para reajustar o valor do piso em leis específicas que coubessem nos orçamentos.
- Proposta de veto em relação ao limite de 2/3 da carga horária para efetivo trabalho do professor em sala de aula.
- Veto ao efeito retroativo da lei a jan/2008.

As alterações da Lei do Piso



Uma semana após a publicação da Lei do Piso nº 11.738/2008, o Executivo federal enviou projeto de lei nº 3776/2008 ao Congresso alterando o critério de atualização do piso, substituindo-o pelo INPC.

- Apesar das alterações sofridas no Senado, o PL recebeu parecer da Comissão de Finanças e Tributação (CFT) da Câmara pela permanência do critério de reajuste pelo INPC.
- A CNM apoia o relatório da CFT.
- Atualmente, o PL aguarda votação em plenário.

As preocupações dos Municípios com a Lei do Piso



1) O critério de reajuste do valor do piso com base no crescimento do valor aluno/ano dos anos iniciais do ensino fundamental urbano do Fundeb:

- O valor em 2009, de R\$ 950,00, aumentou 53%, chegando a R\$ 1.451,00 neste ano.
- Para cumprir o valor de 2012, é necessário um adicional de R\$ 5,4 bilhões nas folhas de pagamento, e contratar 190 mil novos profissionais em razão do cumprimento das horas-atividades.
- O impacto nas folhas de pagamento do magistério em razão da Lei do Piso já representa um aumento de R\$ 13,6 bilhões desde 2009.
- Se o critério de reajuste não for alterado, o piso em 2013 será de R\$ 1.758,00

As preocupações dos Municípios com a Lei do Piso



2) A atualização do valor do piso vinculada ao Fundeb aumenta as dificuldades financeiras:

- A matrícula nos anos iniciais do ensino fundamental é decrescente e a receita do Fundeb crescente. Com isso o valor do aluno/ano aumenta bastante a cada ano.

	2009	2010	2011	2012
Receita	R\$ 67,6 bi	R\$ 76,2 bi	R\$ 88,1 bi	R\$ 104,9 bi
Nº de Alunos 2008-2011	15,6 milhões	15,2 milhões	14,6 milhões	14,1 milhões
Valor aluno/ano	R\$ 1.221,34	R\$ 1.414,85	R\$ 1.729,33	R\$ 2.096,68

- Por outro lado, os pesos de ponderação continuam privilegiando o ensino médio, sem considerar o alto custo das creches. Apesar das creches de tempo integral terem chegado a 1.3, as de tempo parcial continuam 0.8 desde 2007.
- É necessário que o MEC cumpra o art. 13 da Lei do Fundeb, realizando estudos de custo-aluno para que os pesos correspondam ao custo real de cada etapa.

As preocupações dos Municípios com a Lei do Piso



2.1) O reajuste previsto acarretará em curto prazo, o comprometimento total do Fundeb com o piso salarial.

- A folha do magistério no RS compromete, em média, 81,7 % do Fundeb.

Comprometimento do Fundeb com a folha/professores	Nº Municípios RS	Nº Municípios Brasil
De 70 a 80%	118	1.032
De 80 a 100% do Fundeb	215	1.400

- Isso tem prejudicado os demais investimentos importantes ao ensino, como formação de professores, transporte escolar, manutenção das escolas etc.
- Também preocupa o crescimento, em larga escala, das remunerações do magistério em decorrência das vantagens previstas nos planos de carreira.

As preocupações dos Municípios com a Lei do Piso



3) Quem vai pagar a conta dos aposentados?

- A lei federal também estende os benefícios do piso aos inativos que se aposentaram pela paridade.
- Esse impacto recai no tesouro municipal, tanto em relação aos aposentados pelo RPPS como aos aposentados pelo RGPS pois estes vão buscar a complementação a que tem direito, junto aos cofres municipais.
- Como consequência, aumentarão as obrigações patronais dos entes e as despesas dos fundos próprios de previdência.

As preocupações dos Municípios com a Lei do Piso



4) Como pagar as obrigações relativas ao piso, retroativas a 2010?

- Com o julgamento do STF que reconheceu a constitucionalidade da Lei do Piso Salarial do Magistério, foi gerado um passivo financeiro desde 2010, que nem Estados ou Municípios têm condições de pagar, porque não há fonte de recursos para dar conta dessa responsabilidade.

As preocupações dos Municípios com a Lei do Piso



5) A complementação da União ao piso só existe no papel.

- Até agora, nenhum ente da Federação recebeu qualquer ajuda financeira da União para complementar a folha do magistério.
- Desde 2010, 10% dos 10% da complementação federal ao Fundeb são retirados para auxiliar no pagamento do piso, mas esses recursos nunca foram repassados a qualquer Município.

Valor da complementação da União ao piso		
2010	2011	2012
R\$ 762 milhões	R\$ 880,6 milhões	R\$ 1,0 bilhão

- Pela Lei do Piso, o apoio financeiro da União destina-se apenas aos estados que recebem a complementação no Fundeb e que são 9.
- Essa restrição excluiu os Municípios dos demais 17 estados, que não contam com nenhuma ajuda financeira.

As preocupações dos Municípios com a Lei do Piso



5.1) Sem a efetiva participação da União, os Municípios fazem um grande esforço para assegurar, sozinhos, o cumprimento da Lei do piso.

- Em 2011, os Municípios do **RS** já investem 27,6% na manutenção do ensino e comprometem 81,7% do Fundeb somente com a folha do magistério.
- Esses números revelam a grandeza do esforço dos gestores municipais para pagar o piso salarial dos professores.

As preocupações dos Municípios com a Lei do Piso



É justa a reivindicação do magistério e os prefeitos não são contra a melhoria salarial de seus professores, mas os direitos foram criados sem qualquer preocupação com o custeio.

Por outro lado, não há como abrir mão de manter o equilíbrio financeiro, de gerar despesas de acordo com as estimativas de receita e de cumprir a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Por isso, os Municípios exigem que a União cumpra a sua parte e garanta a efetiva assistência financeira, não apenas a 9 estados, mas a todos os Municípios brasileiros que não disponham de recursos suficientes para cumprir a Lei do Piso.

Esta é atualmente uma das lutas da CNM !

Pisos Salariais Nacionais

Uma ameaça à autonomia municipal



- Os pisos salariais provocam a desorganização administrativa dos quadros de pessoal e o desequilíbrio financeiro dos Municípios.
- Obriga os gestores ao descumprimento dos limites de despesa impostos pela LRF.
- Ferem a autonomia constitucional dos Municípios e põe em risco a integridade da Federação Brasileira.
- O Congresso não avalia a extensão dos prejuízos que está causando aos entes e o impacto desastroso no erário municipal, que pode ser superior a R\$ 53 bilhões/ano, nas estimativas atuais.

Pisos Salariais Nacionais

Uma ameaça à autonomia municipal



- Os Municípios assumem **61%** das contratações do SUS, mais de 1 milhão de profissionais.
- O piso dos profissionais de enfermagem em **R\$ 4.650** para nível superior, causará um impacto de **R\$ 19 bilhões/ano**.
- A redução da carga horária dos enfermeiros gerará uma despesa de **R\$ 801 milhões/ano** e a necessidade de admissão de mais 10,6 mil profissionais para o PSF.
- Os pisos de ACS e ACE, em 2 salários mínimos, causará impacto superior a **R\$ 3,2 bilhões** em 2012.

Pisos Salariais Nacionais

Uma ameaça à autonomia municipal



- **O Senado Federal votou recentemente a criação de Piso Nacional para vigilantes, que também impactará nas folhas de pagamento dos Municípios.**
- **O estabelecimento dos salários dos servidores é competência exclusiva dos Entes que o farão, por Lei local, de acordo com as previsões de despesas suportáveis por seus orçamentos e atendendo aos limites de despesa estabelecidos em lei.**

Os Restos a Pagar



- Encontram-se sobre risco de cancelamento no final do corrente mês, restos a pagar não processados inscritos no ano de 2010 devidos a municípios, cuja execução não esteja iniciada.
- Estão excetuados do cancelamento empenhos relativos ao Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), ao Ministério da Saúde e ao Ministério da Educação desde que financiados por recursos da Manutenção e Desenvolvimento da Educação (MDE). É o que prevê o Decreto nº 93.872 de 23 de dezembro de 1986.

Restos a Pagar sob risco de cancelamento



- Estão nesta situação de risco 6.806 empenhos que têm como beneficiários municípios do Brasil inteiro. Este total inclui empenhos do PAC que estão resguardados pelo Decreto nº 93.872. O montante correspondente é de R\$ 2.392.553.205.

Restos a pagar não processados inscritos em 2010

Órgão (Orçamentário)	RP Não-Proc Insc.	RP Não-Proc Pago	Nº de empenhos inscritos	Nº de empenhos inscritos pagos	Nº de empenhos inscritos não-pagos
MINISTERIO DA AGRICULTURA, PECUARIA E ABASTECIMENTO	958.598	-	123	-	123
MINISTERIO DA CIENCIA, TECNOLOGIA E INOVACAO	410.000	-	55	-	55
MINISTERIO DA CULTURA	4.801.400	-	11	-	11
MINISTERIO DA DEFESA	9.002.476	1.986.763	16	1	15
MINISTERIO DA INTEGRACAO NACIONAL	6.995.918	-	445	-	445
MINISTERIO DA JUSTICA	5.483.038	8.619	6	1	5
MINISTERIO DAS CIDADES	1.723.066.719	134.812.205	4.137	787	3.350
MINISTERIO DO DESENV.IND. E COMERCIO EXTERIOR	-	-	14	-	14
MINISTERIO DO DESENV. SOCIAL E COMBATE A FOME	2.500	-	13	-	13
MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO AGRARIO	14.712.816	-	45	-	45
MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME	-	-	15	-	15
MINISTERIO DO ESPORTE	141.417.997	21.522.754	1.302	208	1.094
MINISTERIO DO MEIO AMBIENTE	-	-	1	-	1
MINISTERIO DO TRABALHO E EMPREGO	5.642.342	-	25	-	25
MINISTERIO DO TURISMO	700.000.481	72.804.850	2.199	634	1.565
MINISTERIO DOS TRANSPORTES	10.610.542	-	5	-	5
PRESIDENCIA DA REPUBLICA	583.568	-	25	-	25
Total	2.623.688.395	231.135.190	8.437	1.631	6.806

Os restos a pagar da União destinados aos municípios



- Problema muito sério a preocupar os gestores municipais são os Restos a Pagar da União destinados aos municípios.
- No início deste exercício constavam no OGU **R\$ 24,7 bilhões** em Restos a Pagar não processados e processados de recursos destinados aos Municípios.
- Neles estão inclusas obras e equipamentos que já foram realizadas e entregues e cujos pagamentos estão pendentes por força da inadimplência da União.

Os restos a pagar



Dos **61.715** processos de despesa (empenhos) inscritos em restos a pagar em que os beneficiários são municípios, **12.763 (20,7%)** são processados, **24.004 (38,9%)** são não processados do ano de 2011 e **25.501 (41,3%)** são não processados de exercícios anteriores.

Nº de empenhos inscritos em restos a pagar vigêntes no exercício de 2012 com favorecimento a Municípios

Ano Emissão Empenho	RP Proc Inscrito	RP Não-Proc Inscrito	RP Não-Proc Insc. Outros Exercícios	RP Inscrito
2002	4	-	-	4
2003	215	-	-	215
2004	422	-	-	422
2005	466	-	-	466
2006	1.011	-	3	1.014
2007	2.234	-	974	3.164
2008	2.722	-	2.618	5.185
2009	3.782	-	8.744	12.281
2010	1.549	-	13.162	14.673
2011	358	24.004	-	24.291
Total	12.763	24.004	25.501	61.715

O Tamanho do Problema



Restos a pagar vigêntes no exercício de 2012 com favorecimento a Municípios:

Ano Emissão Empenho	RP Não-Proc Inscrito	RP Proc Inscrito	RP Não-Proc Insc. Outros Exercícios	RP Inscrito
2002	-	3.396.830	-	3.396.830
2003	-	15.903.339	-	15.903.339
2004	-	43.365.972	-	43.365.972
2005	-	69.826.679	-	69.826.679
2006	-	135.859.620	1.640.026	137.499.646
2007	-	693.746.720	287.416.166	981.162.886
2008	-	733.731.354	929.867.073	1.663.598.427
2009	-	1.066.265.391	3.066.626.301	4.132.891.692
2010	-	672.741.046	5.522.827.212	6.195.568.257
2011	10.963.288.628	419.239.363	-	11.382.527.991
Total	10.963.288.628	3.854.076.313	9.808.376.778	24.625.741.720

O Tamanho do Problema



Restos a pagar vigentes no exercício de 2012 com favorecimento a Municípios:

UF	RP Não-Proc Inscrito	RP Proc Inscrito	RP Não-Proc Inc. Outros Exercícios	RP Inscrito
AC	64.810.983	44.318.722	61.467.767	170.597.472
AL	277.168.908	174.420.259	339.532.123	791.121.289
AM	180.613.824	65.140.735	146.580.551	392.335.110
AP	43.239.602	34.975.776	87.554.671	165.770.048
BA	979.441.852	296.729.027	608.486.553	1.884.657.432
CE	592.738.927	337.106.068	536.148.370	1.465.993.365
ES	231.080.341	64.405.460	169.167.236	464.653.037
GO	398.492.797	158.124.498	417.803.839	974.421.134
MA	537.817.309	251.419.003	395.358.932	1.184.595.243
MG	1.051.266.837	311.241.294	781.236.325	2.143.744.456
MS	204.287.155	83.111.761	249.396.404	536.795.320
MT	210.644.394	150.363.851	367.612.614	728.620.859
PA	562.386.117	195.357.627	262.986.270	1.020.730.014
PB	346.062.596	242.567.551	284.226.544	872.856.691
PE	490.894.484	221.828.560	492.909.659	1.205.632.704
PI	256.994.995	104.721.694	141.312.666	503.029.355
PR	484.854.297	133.746.266	439.657.890	1.058.258.454
RJ	695.983.007	113.389.493	565.123.159	1.374.495.659
RN	245.713.569	102.350.320	226.092.252	574.156.141
RO	147.056.039	75.172.762	156.926.086	379.154.887
RR	83.045.502	48.353.713	160.831.670	292.230.885
RS	687.274.615	159.437.955	611.319.902	1.458.032.472
SC	465.431.505	141.682.763	433.958.871	1.041.073.139
SE	112.224.783	63.486.018	148.395.163	324.105.964
SP	1.481.167.886	234.514.407	1.601.725.144	3.317.407.436
TO	132.596.306	46.110.732	122.566.116	301.273.154
Total	10.963.288.628	3.854.076.313	9.808.376.778	24.625.741.720

O Tamanho do Problema



Restos a pagar vigêntes no exercício de 2012 com favorecimento a Municípios:

Órgão (Orçamentário)	RP Inscrito	RP Não-Proc Inscrito	RP Proc Inscrito	RP Não-Proc Inc. Outros Exercícios
ADVOCACIA-GERAL DA UNIAO	66.435	21.704	44.731	-
JUSTICA DO TRABALHO	162.574	159.402	2.440	732
JUSTICA ELEITORAL	236.980	229.643	273	7.063
JUSTICA FEDERAL	158.129	155.231	-	2.897
MINIST. DA AGRICUL.,PECUARIA E ABASTECIMENTO	84.944	84.944	-	-
MINISTERIO DA AGRICULTURA, PECUARIA E ABASTECIMENTO	584.718.606	420.895.717	83.040.113	80.782.776
MINISTERIO DA CIENCIA, TECNOLOGIA E INOVACAO	224.762.394	52.874.866	54.298.926	117.588.602
MINISTERIO DA CULTURA	316.513.237	263.228.483	9.855.369	43.429.385
MINISTERIO DA DEFESA	238.360.806	105.910.462	71.212	132.379.132
MINISTERIO DA EDUCACAO	3.301.812.309	2.737.962.948	516.953.964	46.895.398
MINISTERIO DA FAZENDA	195.700	190.626	4.076	998
MINISTERIO DA INTEGRACAO NACIONAL	1.702.282.522	516.742.636	430.390.592	755.149.295
MINISTERIO DA JUSTICA	42.332.365	26.671.301	3.676.369	11.984.695
MINISTERIO DA PESCA E AQUICULTURA	23.279.881	17.666.979	-	5.612.902
MINISTERIO DA PREVIDENCIA SOCIAL	304.117	210.980	84.234	8.904
MINISTERIO DA SAUDE	5.360.633.513	1.893.895.969	2.209.179.063	1.257.558.481
MINISTERIO DAS CIDADES	7.527.581.223	2.983.816.786	175.767.355	4.367.997.082
MINISTERIO DAS COMUNICACOES	53.528	16.128	-	37.400
MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA	3.961	2.816	1.145	-
MINISTERIO DO DESENV.,IND. E COMERCIO EXTERIOR	21.251.201	-	3.699.201	17.552.000
MINISTERIO DO DESENV. SOCIAL E COMBATE A FOME	89.068.875	11.645.539	24.125.635	53.297.701
MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO AGRARIO	358.328.158	231.515.632	11.169.996	115.642.530
MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME	86.594.329	74.586.591	5.700.633	6.307.105
MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO, INDUSTRIA E COMERCIO EXTER	15.884.240	3.320.000	200.000	12.364.240
MINISTERIO DO ESPORTE	1.281.142.778	528.387.760	216.838.798	535.916.220
MINISTERIO DO MEIO AMBIENTE	10.021.181	8.365.403	478.100	1.177.678
MINISTERIO DO PLANEJAMENTO,ORCAMENTO E GESTAO	138.532	137.693	840	-
MINISTERIO DO TRABALHO E EMPREGO	159.124.127	143.573.785	346.729	15.203.612
MINISTERIO DO TURISMO	2.900.834.936	748.113.679	25.654.990	2.127.066.267
MINISTERIO DOS TRANSPORTES	220.266.450	104.552.980	13.091.569	102.621.900
MINISTERIO PUBLICO DA UNIAO	14.150	14.150	-	-
PRESIDENCIA DA REPUBLICA	159.529.540	88.337.795	69.399.962	1.791.783
Total geral	24.625.741.720	10.963.288.628	3.854.076.313	9.808.376.778

Restos a pagar vigentes no exercício de 2012 com favorecimento a Municípios:



Município	RAP Proc Inscrito	RAP Não-Proc Inscrito	RAP Total Inscrito	RAP Pago
Bossoroca/RS	-	1.293.444	1.293.444	210.731
Caibaté/RS	-	1.067.567	1.067.567	-
Cerro Largo/RS	166.348	1.211.050	1.377.398	216.048
Dezesseis de Novembro/RS	-	233.500	233.500	36.000
Entre-Ijuís/RS	-	2.385.347	2.385.347	186.815
Eugênio de Castro/RS	-	310.600	310.600	16.000
Garruchos/RS	26.984	968.694	995.678	36.000
Giruá/RS	200.000	916.731	1.116.731	44.889
Guarani das Missões/RS	628.920	1.100.621	1.729.541	77.804
Itacurubi/RS	224.762	450.650	675.412	31.040
Mato Queimado/RS	75.000	295.700	370.700	-
Pirapó/RS	-	133.500	133.500	36.000
Porto Xavier/RS	80.000	723.346	803.346	20.000
Rolador/RS	-	936.617	936.617	-
Roque Gonzales/RS	100.000	1.200.213	1.300.213	15.010
Salvador das Missões/RS	-	823.562	823.562	224.853
Santo Ângelo/RS	1.454.558	2.947.164	4.401.722	55.706
Santo Antônio das Missões/RS	-	649.329	649.329	52.329
São Luiz Gonzaga/RS	100.000	1.732.500	1.832.500	-
São Miguel das Missões/RS	-	1.142.047	1.142.047	20.000
São Nicolau/RS	35.000	1.729.016	1.764.016	99.565
São Paulo das Missões/RS	37.973	893.873	931.846	20.000
São Pedro do Butiá/RS	-	1.210.920	1.210.920	54.855
Sete de Setembro/RS	9.000	402.175	411.175	-
Ubiretama/RS	20.000	253.788	273.788	20.000
Vitória das Missões/RS	116.093	630.602	746.695	-
Total	3.274.637	25.642.556	28.917.193	1.473.643

Pesquisa da CNM avaliou 10.948 dos 49.505 empenhos de restos a pagar não processados e identificou que eles se dividem da seguinte maneira:

Tipo	RP Inscrito	%	Nº Empenhos	%
Aquisição de Equipamento	208.000.365	6,4%	919	8,4%
Obra	2.678.597.410	82,8%	8.749	79,9%
Subtotal (obra + equipamento)	2.886.597.776	89,3%	9.668	88,3%
Custeio	30.349.625	0,9%	95	0,9%
Não identificado	316.535.777	9,8%	1.185	10,8%
Total geral	3.233.483.177	100,0%	10.948	100,0%

Restos a Pagar N-P pesquisados



Resultado por ano de inscrição do empenho

Tipo	2006	2007	2008	2009	2010	2011	Total
Aquisição de Equipamento			493.516	21.474.466	25.536.513	160.495.871	208.000.365
Obra		35.566.575	101.821.590	419.118.843	901.869.086	1.220.221.316	2.678.597.410
Subtotal (obra + equipamento)		35.566.575	102.315.106	440.593.309	927.405.598	1.380.717.187	2.886.597.776
Custeio		46.800	1.594.956	5.548.555	11.936.130	11.223.183	30.349.625
Não identificado	297.719	8.755.981	25.185.155	65.874.884	86.981.471	129.440.567	316.535.777
Total geral	297.719	44.369.357	129.095.217	512.016.748	1.026.323.199	1.521.380.938	3.233.483.177

Andamentos destes Restos a Pagar N-P



Dos empenhos identificados como de obras e aquisições de equipamentos, **56,8%** são referentes a despesas já licitadas e contratadas, que somam **55,4%** dos recursos.

Etapa	RP Inscrito	%	Nº Empenhos	%
Contratada	1.597.863.848	55,4%	5.490	56,8%
Não contratada	1.288.733.927	44,6%	4.178	43,2%
Total	2.886.597.776	100,0%	9.668	100,0%

Andamentos destes Restos a Pagar N-P



Dos valores contratados, **73,1%** tiveram sua execução iniciada .

Etapa	RP Inscrito	%	Nº Empenhos	%
Iniciada	1.168.704.219	73,1%	4.226	77,0%
Não iniciada	429.159.629	26,9%	1.264	23,0%
Total	1.597.863.848	100,0%	5.490	100,0%

Andamentos destes Restos a Pagar N-P



Dos investimentos iniciados, **79,8%** tiveram pelo menos uma medição por parte de representante do Governo Federal.

Etapa	RP Inscrito	%	Nº Empenhos	%
Medida	933.157.471	79,8%	3.533	83,6%
Não medida	235.546.748	20,2%	693	16,4%
Total	1.168.704.219	100,0%	4.226	100,0%

Andamentos destes Restos a Pagar N-P



16,5% dos investimentos iniciados estão concluídos, o que corresponde a **23,2%** dos processos de despesas iniciados.

Etapa	RP Inscrito	%	Nº Empenhos	%
Concluída	192.345.625	16,5%	982	23,2%
Não concluída	976.358.595	83,5%	3.244	76,8%
Total	1.168.704.219	100,0%	4.226	100,0%

Andamentos destes Restos a Pagar N-P



Em resumo temos:

- 6,7% dos investimentos concluídos
- 40,5% iniciados e
- 55,4% contratados.

Etapas		RAP inscrito		%	
Obra e Aquisição	Contratada 55,4%	Iniciada 40,5%	Concluída	192.345.625	6,7%
			Não concluída	976.358.595	33,8%
		Não iniciada		429.159.629	14,9%
	Não contratada		1.288.733.927	44,6%	
	Total		2.886.597.776	100,0%	

Obras Concluídas

A CNM também realizou pesquisa complementar sobre as obras apontadas como concluídas para verificar se houve algum pagamento por parte do Governo Federal e qual o principal motivo para a inadimplência com os municípios.

As obras selecionadas foram relativas a empenhos dos anos de 2008, 2009 e 2010 e das quais apresentaremos algumas fotos

Andamentos destes Restos a Pagar N-P



Como resultado os prefeitos informaram que em 55,3% dos casos, receberam parcialmente o recurso do convênio e nos demais 44,7% não receberam nada.

Recurso	2008	2009	2010	Total	%
Recebeu nada	1.925.498	5.682.281	12.137.546	19.745.325	44,7%
Recebeu parcialmente	2.966.418	12.588.863	8.825.764	24.381.045	55,3%
Total	4.891.916	18.271.144	20.963.310	44.126.371	100,0%

Andamentos destes Restos a Pagar N-P



O principal problema apontado foi a retenção injustificada pelo Órgão do Governo Federal, correspondente a **83,8%** dos recursos. A falta de aferição pela Caixa Econômica Federal ou órgão competente é a responsável por **15,5%** dos recursos não transferidos e finalmente a falta de documentação por parte do município corresponde a **0,7%**.

Problema	2008	2009	2010	Total	%
Faltou aferição	384.358	2.333.402	4.115.624	6.833.383	15,5%
Faltou comprovação pelo Município		215.665	100.000	315.665	0,7%
Verba retida pelo Governo Federal	4.507.558	15.722.078	16.747.687	36.977.323	83,8%
Total	4.891.916	18.271.144	20.963.310	44.126.371	100,0%

Exemplos de Obras inscritas em Restos a Pagar Não Processados e já prontas mas ainda pendentes de pagamento por parte do Governo Federal

Bocaina do Sul/SC



Empenho: 2008.NE.175004.00001.008744

Órgão: MINISTERIO DAS CIDADES

Ano: 2008

Recebimento: Recebeu parcialmente

Problema: Verba não liberada

Descrição da Obra:

Obras de infra-estrutura



Empenho: 2008.NE.540007.00001.003864

Órgão: MINISTERIO DO TURISMO

Ano: 2008

Recebimento: Recebeu parcialmente

Problema: Verba não liberada

Descrição da Obra:

Iluminação Pública



Formosa do Sul/SC



Empenho: 2008.NE.540007.00001.004438

Órgão: MINISTERIO DO TURISMO

Ano: 2008

Recebimento: Recebeu Nada

Problema: Verba não liberada

Descrição da Obra:

Construção de centro de atendimento ao turista



Independência/CE

Empenho: 2008.NE.540007.00001.002970

Órgão: MINISTERIO DO TURISMO

Ano: 2008

Recebimento: Recebeu Nada

Problema: Faltou aferição

Descrição da Obra:

Construção de praça



Pedregulho/SP

Empenho: 2008.NE.175004.00001.001428

Órgão: MINISTERIO DAS CIDADES

Ano: 2008

Recebimento: Recebeu Nada

Problema: Verba não liberada

Descrição da Obra:

Obras de Infra-Estrutura



Empenho: 2008.NE.175004.00001.007829

Órgão: MINISTERIO DAS CIDADES

Ano: 2008

Recebimento: Recebeu Nada

Problema: Verba não liberada

Descrição da Obra:

Obra de Infra-estrutura



PLS 278 de 2009

Estabelece benefícios aos conselheiros tutelares.

Conselhos Tutelares



O projeto está aguardando Sanção Presidencial.

A Confederação Nacional de Municípios prevê um impacto anual nos cofres municipais de **R\$ 277 milhões a R\$ 554 milhões** apenas com as remunerações estabelecidas para os conselheiros.

O projeto de lei estabelece direitos trabalhistas aos conselheiros tutelares como: cobertura previdenciária, férias remuneradas, acrescidas de 1/3 (um terço) do valor da remuneração mensal, licença maternidade, licença paternidade e 13º salário.

O tempo de mandato que passará de 3 anos para 4 anos também está previsto no projeto.

Considerando **um salário mínimo** como remuneração base, o impacto anual total na folha municipal será de R\$ 208 milhões, sendo:

- cobertura previdenciária = R\$ 46 milhões,
- terço de férias = R\$ 6 milhões,
- gratificação natalina = R\$ 17 milhões.

Considerando **dois salários mínimos** como remuneração base, o impacto anual total na folha municipal será de R\$ 554 milhões, sendo:

- cobertura previdenciária = R\$ 92 milhões,
- terço de férias = R\$ 11,5 milhões
- gratificação natalina = R\$ 34,6 milhões.

Conselhos Tutelares



Vale ressaltar ainda que a estimativa é subestimada porque considera apenas um conselho tutelar por município, quando grandes cidades dispõem em geral de mais de um conselho tutelar.

A Confederação Nacional de Municípios resalta ainda que, além das remunerações dos conselheiros, são muitos os gastos que os Municípios assumem para manter ativo um conselho tutelar. Entre eles instalações físicas, equipamentos, apoio administrativo, transporte.

Tendo em vista o impacto assinalado, a CNM oficiará pedido de veto à Presidência da República. Apesar de reconhecer a importância do conselho tutelar, a Confederação resalta a necessidade de investimento por parte do Governo Federal para o pleno desenvolvimento das ações desejadas.

Pesquisa Conselhos Tutelares - AMM



Município	Nº de conselhos tutelares	Nº de coselheiros por conselho	Salário base
Bossoroca/RS	1	5	800
Caibaté/RS	1	5	708
Cerro Largo/RS	1	5	590
Dezesseis de Novembro/RS	1	5	622
Entre-Ijuís/RS	Não Informado	Não Informado	Não Informado
Eugênio de Castro/RS	1	5	684
Garruchos/RS	Não Informado	Não Informado	Não Informado
Giruá/RS	1	5	1070
Guarani das Missões/RS	1	5	622
Itacurubi/RS	1	5	622
Mato Queimado/RS	1	5	311
Pirapó/RS	1	5	622
Porto Xavier/RS	1	5	622

Pesquisa Conselhos Tutelares - AMM



Município	Nº de conselhos tutelares	Nº de coselheiros por conselho	Salário base
Rolador/RS	1	5	622
Roque Gonzales/RS	1	5	622
Salvador das Missões/RS	1	5	590
Santo Ângelo/RS	1	5	1600
Santo Antônio das Missões/RS	1	5	1244
São Luiz Gonzaga/RS	1	5	959,5
São Miguel das Missões/RS	1	5	622
São Nicolau/RS	1	5	553
São Paulo das Missões/RS	1	5	473,34
São Pedro do Butiá/RS	1	5	Não informado
Sete de Setembro/RS	1	5	500
Ubiretama/RS	1	5	698
Vitória das Missões/RS	1	5	553

Município forte. Brasil forte.



MEIO AMBIENTE

APOIAR A MUNICIPALIZAÇÃO DO MEIO AMBIENTE

Razões Principais:

- Não depender da FEPAM no licenciamento das obras públicas como: pontes, estradas vicinais, obras de esgoto e obras de construção civil;
- Facilitar a vida do munícipe pois este possa protocolar na Prefeitura seus pedidos;
- Gerar arrecadação de taxas para o Município;
- Politicamente bom para o Município.

Maiores informações acesse: www.cnm.org.br/meioambiente

CÓDIGO FLORESTAL

- Os Municípios serão o ANTEPARO dos agricultores para IMPLANTAR o CAR(Cadastro Ambiental Rural). **PREPAREM-SE!**
- As APP(Áreas de Preservação Permanente) deverão ser fiscalizadas pelo Município.
- APP URBANA – A CNM apresentou emenda para que estas sejam definidas na Lei Municipal do Plano Diretor.
- CNM fará capacitação sobre o CÓDIGO FLORESTAL - **FIQUE ATENTO!**

Maiores informações acesse: www.cnm.org.br/meioambiente

RESÍDUOS SÓLIDOS

- Todos terão que elaborar o Plano Municipal de Resíduos Sólidos.
 - Prazo da Lei:.....**02 de Agosto de 2012**
 - Se NÃO FEZ, o que FAZER?**INICIAR**
- COMO? Visite o site da CNM e veja o passo a passo, MAS É NECESSÁRIO TOMAR A DECISÃO POLÍTICA DE INICIAR.
- CONSEQUÊNCIAS?
 - Restrição ao acesso à verbas federais, atingindo o atual e o próximo Prefeito.
 - O Ministério Público e o TCE irão apontar o atual prefeito por improbidade administrativa por prejudicar o Município ao NÃO TER COMO ACESSAR VERBAS FEDERAIS.

Maiores informações acesse: www.cnm.org.br/meioambiente

SANEAMENTO BÁSICO

- Todos Municípios devem elaborar o PLANO DE SANEAMENTO BÁSICO;
 - Prazo:Lei Orçamentária de 2014.
 - Consequências:As mesmas de não fazer o Plano de Resíduos.
 - CNM PODE AJUDAR?
 - Sim, teremos **capacitações**.

OBS: A CNM para os pequenos Municípios (menores de 20 mil habitantes) está trabalhando para que se faça um único Plano de Saneamento e Resíduos Sólidos, mas depende do Governo Federal aceitar – Precisa de PRESSÃO POLÍTICA DE TODOS!!!

Maiores informações acesse: www.cnm.org.br/meioambiente

Município forte. Brasil forte.



Encontro de Contas da Previdência

Na tramitação da MP nº 457/2009, a CNM apresentou emendas para:

- I – possibilitar o encontro de contas entre os Municípios e a Previdência Geral
- II – modificar o índice de atualização dos débitos dos municípios com a Previdência, atualmente pela taxa SELIC, passando para TJLP.

O encontro de contas se faz necessário por que os Municípios tem a compensar, créditos que somam R\$ 24.777.343.298,00, assim distribuídos:

- Cobrança indevida de contribuição sobre os subsídios dos Agentes Políticos, totalizando R\$ 5,6 bilhões;
- Autuação dos Municípios sobre débitos prescritos – Súmula Vinculante nº 8/2008. Estes créditos representam R\$ 17,2 bilhões de reais;
- Multas e juros cobrados sobre esses débitos indevidos, atualizados pela taxa SELIC, num total de R\$ 1,3 bilhão;
- Compensação entre os regimes previdenciários (passivo do estoque) que possui crédito apurado em R\$ 782 milhões.

Encontro de Contas da Previdência



A MP 457/2008 deu origem à Lei nº 11.960/2009 e ao sancioná-la o Presidente da República vetou estas Emendas propostas pela CNM e aprovadas pelo Congresso Nacional.

PRECISAMOS DERRUBAR ESTE VETO!

A Guerra Fiscal e o ICMS

A Guerra Fiscal – O ICMS e os Municípios

- Governo Federal e Congresso estão tomando medidas para inibir a Guerra Fiscal entre os Estados.
- Como de praxe, as medidas estão sendo discutidas e decretadas sem que em nenhum momento os Municípios que são donos de 25% do ICMS tenham sido convidados a opinar.
- As práticas empreendidas impõem renúncia fiscal aos Entes.
- A CNM apurou que o valor total da renúncia fiscal nas LDOs dos Estados para 2012 soma a quantia de **R\$ 50 bilhões**.

A Guerra Fiscal – O ICMS e os Municípios

- Dos R\$ 50 bilhões da renúncia, 25% são dos municípios, o que equivale a um montante de **R\$ 12,5 bilhões** que os entes locais deixarão de receber por uma política adotada pelos governadores, sem a anuência dos Municípios.
- Além disto a forma de repartição entre os Municípios leva em conta o Valor Adicionado Fiscal com um peso de 75% do índice.
- As mudanças propostas no ICMS sobre a arrecadação que passará ser no destino e não mais na origem, não está levando em conta que relações idênticas ocorrerão entre municípios, logo a regra ficará incoerente.

A REGIÃO

Informações sobre os municípios

% de gastos com o Legislativo, Saúde e Educação



Município	Legislativo	Saúde	Educação
Bossoroca/RS	3,7%	20,0%	28,3%
Caibaté/RS	3,5%	28,0%	17,1%
Cerro Largo/RS	2,7%	18,7%	19,6%
Dezesseis de Novembro/RS	5,4%	18,4%	21,5%
Entre-Ijuís/RS	3,3%	15,5%	22,5%
Eugênio de Castro/RS	5,4%	20,2%	25,0%
Garruchos/RS	4,8%	18,1%	19,2%
Giruá/RS	2,8%	32,5%	22,5%
Guarani das Missões/RS	3,4%	17,6%	26,9%
Itacurubi/RS	4,7%	15,2%	25,4%
Mato Queimado/RS	5,3%	23,1%	19,2%
Pirapó/RS	3,4%	25,8%	29,3%
Porto Xavier/RS	4,0%	23,0%	23,8%

Percentuais em relação a Receita Corrente Líquida (RCL)

% de gastos com o Legislativo, Saúde e Educação



Município	Legislativo	Saúde	Educação
Rolador/RS	4,9%	25,3%	19,8%
Roque Gonzales/RS	3,6%	19,6%	21,2%
Salvador das Missões/RS	5,7%	21,6%	16,2%
Santo Ângelo/RS	2,5%	19,1%	29,1%
Santo Antônio das Missões/RS	4,2%	19,1%	24,2%
São Luiz Gonzaga/RS	3,3%	21,8%	25,3%
São Miguel das Missões/RS	3,9%	19,3%	22,5%
São Nicolau/RS	4,3%	19,5%	22,2%
São Paulo das Missões/RS	2,3%	17,6%	24,6%
São Pedro do Butiá/RS	3,7%	17,4%	13,4%
Sete de Setembro/RS	4,5%	23,9%	13,6%
Ubiretama/RS	5,1%	19,8%	17,7%
Vitória das Missões/RS	4,9%	20,2%	21,4%

Percentuais em relação a Receita Corrente Líquida (RCL)

Gastos de Pessoal



Município	Pessoal
Bossoroca/RS	51,4%
Caibaté/RS	58,7%
Cerro Largo/RS	53,9%
Dezesseis de Novembro/RS	55,6%
Entre-Ijuís/RS	54,0%
Eugênio de Castro/RS	53,6%
Garruchos/RS	47,8%
Giruá/RS	47,1%
Guarani das Missões/RS	49,4%
Itacurubi/RS	47,2%
Mato Queimado/RS	31,9%
Pirapó/RS	47,5%
Porto Xavier/RS	42,0%

Município	Pessoal
Rolador/RS	45,3%
Roque Gonzales/RS	44,7%
Salvador das Missões/RS	43,8%
Santo Ângelo/RS	52,0%
Santo Antônio das Missões/RS	56,5%
São Luiz Gonzaga/RS	50,4%
São Miguel das Missões/RS	45,4%
São Nicolau/RS	49,0%
São Paulo das Missões/RS	42,8%
São Pedro do Butiá/RS	55,0%
Sete de Setembro/RS	47,4%
Ubiretama/RS	44,0%
Vitória das Missões/RS	51,3%

Resultado Primário



Município	Resultado Primário	Superávit ou Déficit
Bossoroca/RS	17.168.150,47	16,2%
Caibaté/RS	10.337.211,53	-2,5%
Cerro Largo/RS	20.717.005,78	3,0%
Dezesseis de Novembro/RS	7.325.893,00	3,8%
Entre-Ijuís/RS	14.651.646,33	13,8%
Eugênio de Castro/RS	8.415.765,26	-0,7%
Garruchos/RS	12.169.212,40	14,8%
Giruá/RS	36.241.175,00	6,5%
Guarani das Missões/RS	15.801.105,97	-2,2%
Itacurubi/RS	10.628.588,01	-5,6%
Mato Queimado/RS	7.147.393,43	-5,6%
Pirapó/RS	8.552.136,42	11,9%
Porto Xavier/RS	17.347.652,28	8,1%

Resultado Primário



Município	Resultado Primário	Superávit ou Déficit
Rolador/RS	7.994.151,95	-1,6%
Roque Gonzales/RS	15.029.715,72	14,0%
Salvador das Missões/RS	10.545.009,46	-1,4%
Santo Ângelo/RS	95.893.654,13	1,4%
Santo Antônio das Missões/RS	21.838.242,36	9,6%
São Luiz Gonzaga/RS	45.812.459,64	5,0%
São Miguel das Missões/RS	16.388.763,73	3,4%
São Nicolau/RS	11.500.421,14	-3,6%
São Paulo das Missões/RS	12.948.542,72	1,3%
São Pedro do Butiá/RS	8.564.085,16	4,7%
Sete de Setembro/RS	8.742.897,32	11,4%
Ubiretama/RS	6.773.920,20	7,1%
Vitória das Missões/RS	8.490.902,22	-7,9%

População



Município	2010	2011
Bossoroca	6.887	6.817
Caibaté	4.954	4.934
Cerro Largo	13.289	13.337
Dezesseis de Novembro	2.866	2.822
Entre-Ijuís	8.938	8.879
Eugênio de Castro	2.797	2.758
Garruchos	3.233	3.200
Giruá	17.085	16.947
Guarani das Missões	8.115	8.048
Itacurubi	3.441	3.436
Mato Queimado	1.799	1.782
Pirapó	2.757	2.712
Porto Xavier	10.560	10.509

Município	2010	2011
Rolador	2.546	2.521
Roque Gonzales	7.206	7.157
Salvador das Missões	2.669	2.669
Santo Ângelo	76.304	76.239
Santo Antônio das Missões	11.210	11.096
São Luiz Gonzaga	34.558	34.393
São Miguel das Missões	7.421	7.428
São Nicolau	5.727	5.675
São Paulo das Missões	6.367	6.301
São Pedro do Butiá	2.873	2.874
Sete de Setembro	2.126	2.106
Ubiretama	2.296	2.267
Vitória das Missões	3.485	3.447

Conquistas do Movimento Municipalista

Conquistas municipalistas	Município	Estado	Brasil
▶ Alteração da Alíquota da COFINS que incidiria no IR (1999 - 2011)	810.237,67	678.398.701,73	10.016.362.987
▶ Fim da compensação da COFINS no IPI (2004 - 2011)	122.126,52	102.121.572,93	1.510.618.098
▶ PAES (crédito FPM dezembro 2005)	51.658,55	44.517.184,65	651.839.284
▶ Iluminação Pública (2003 - 2010)	1.488.229,08	1.535.282.790,03	22.316.248.950
▶ Repasse do Salário Educação (2004 - 2010)	1.252.620,36	1.326.274.305,55	23.745.644.775
▶ Contribuição de Intervenção do Domínio Econômico (2004 - 2010)	195.278,38	215.618.593,62	3.556.366.863
▶ ISS (2004 - 2010)	109.333,00	699.131.555,08	18.705.589.764
▶ Transporte Escolar (2004 - 2011)	331.764,53	118.078.132,82	2.240.686.769
▶ Merenda Escolar (2006 - 2011)	565.490,52	413.170.104,56	9.665.608.097
▶ ITR - Imposto Territorial Rural - Municipalização (2008 - 2011)	374.177,70	62.513.296,02	489.592.637
▶ 1% FPM (dezembro 2007 a dezembro 2011)	880.753,86	736.861.653,23	10.833.223.904
▶ AFM - Apoio Financeiro aos Municípios - (2009)	214.623,96	173.292.754,08	2.765.495.923
▶ FEX (Fundo Exportação) - (2004 - 2011)	434.613,67	387.718.543,41	4.818.782.163
▶ Repasses Extra do FPM - (2009 - 2011)	561.782,55	473.213.173,04	6.957.253.594
Conquistas total	7.392.690,34	6.966.192.360,74	118.273.313.808,73

Conquistas municipalistas	Município	Estado	Brasil
▶ Alteração da Alíquota da COFINS que incidiria no IR (1999 - 2011)	810.237,67	678.398.701,73	10.016.362.987
▶ Fim da compensação da COFINS no IPI (2004 - 2011)	122.126,52	102.121.572,93	1.510.618.098
▶ PAES (crédito FPM dezembro 2005)	51.658,55	44.517.184,65	651.839.284
▶ Iluminação Pública (2003 - 2010)	955.041,44	1.535.282.790,03	22.316.248.950
▶ Repasse do Salário Educação (2004 - 2010)	418.453,42	1.326.274.305,55	23.745.644.775
▶ Contribuição de Intervenção do Domínio Econômico (2004 - 2010)	169.456,42	215.618.593,62	3.556.366.863
▶ ISS (2004 - 2010)	66.893,68	699.131.555,08	18.705.589.764
▶ Transporte Escolar (2004 - 2011)	131.502,73	118.078.132,82	2.240.686.769
▶ Merenda Escolar (2006 - 2011)	103.585,64	413.170.104,56	9.665.608.097
▶ ITR - Imposto Territorial Rural - Municipalização (2008 - 2011)	0,00	62.513.296,02	489.592.637
▶ 1% FPM (dezembro 2007 a dezembro 2011)	880.753,86	736.861.653,23	10.833.223.904
▶ AFM - Apoio Financeiro aos Municípios - (2009)	214.623,96	173.292.754,08	2.765.495.923
▶ FEX (Fundo Exportação) - (2004 - 2011)	178.689,31	387.718.543,41	4.818.782.163
▶ Repasses Extra do FPM - (2009 - 2011)	561.782,55	473.213.173,04	6.957.253.594
Conquistas total	4.664.805,75	6.966.192.360,74	118.273.313.808,73

Conquistas municipalistas	Município	Estado	Brasil
▶ Alteração da Alíquota da COFINS que incidiria no IR (1999 - 2011)	1.181.198,46	678.398.701,73	10.016.362.987
▶ Fim da compensação da COFINS no IPI (2004 - 2011)	166.596,57	102.121.572,93	1.510.618.098
▶ PAES (crédito FPM dezembro 2005)	103.317,09	44.517.184,65	651.839.284
▶ Iluminação Pública (2003 - 2010)	1.795.067,89	1.535.282.790,03	22.316.248.950
▶ Repasse do Salário Educação (2004 - 2010)	985.854,25	1.326.274.305,55	23.745.644.775
▶ Contribuição de Intervenção do Domínio Econômico (2004 - 2010)	288.402,44	215.618.593,62	3.556.366.863
▶ ISS (2004 - 2010)	741.831,82	699.131.555,08	18.705.589.764
▶ Transporte Escolar (2004 - 2011)	291.352,12	118.078.132,82	2.240.686.769
▶ Merenda Escolar (2006 - 2011)	262.224,53	413.170.104,56	9.665.608.097
▶ ITR - Imposto Territorial Rural - Municipalização (2008 - 2011)	15.647,14	62.513.296,02	489.592.637
▶ 1% FPM (dezembro 2007 a dezembro 2011)	1.202.758,30	736.861.653,23	10.833.223.904
▶ AFM - Apoio Financeiro aos Municípios - (2009)	286.165,34	173.292.754,08	2.765.495.923
▶ FEX (Fundo Exportação) - (2004 - 2011)	379.133,71	387.718.543,41	4.818.782.163
▶ Repasses Extra do FPM - (2009 - 2011)	749.043,40	473.213.173,04	6.957.253.594
Conquistas total	8.448.593,05	6.966.192.360,74	118.273.313.808,73

Dezesseis de Novembro/RS



Conquistas municipalistas	Município	Estado	Brasil
▶ Alteração da Alíquota da COFINS que incidiria no IR (1999 - 2011)	810.237,67	678.398.701,73	10.016.362.987
▶ Fim da compensação da COFINS no IPI (2004 - 2011)	122.126,52	102.121.572,93	1.510.618.098
▶ PAES (crédito FPM dezembro 2005)	51.658,55	44.517.184,65	651.839.284
▶ Iluminação Pública (2003 - 2010)	763.083,41	1.535.282.790,03	22.316.248.950
▶ Repasse do Salário Educação (2004 - 2010)	340.171,25	1.326.274.305,55	23.745.644.775
▶ Contribuição de Intervenção do Domínio Econômico (2004 - 2010)	149.554,87	215.618.593,62	3.556.366.863
▶ ISS (2004 - 2010)	95.854,44	699.131.555,08	18.705.589.764
▶ Transporte Escolar (2004 - 2011)	133.558,58	118.078.132,82	2.240.686.769
▶ Merenda Escolar (2006 - 2011)	121.998,33	413.170.104,56	9.665.608.097
▶ ITR - Imposto Territorial Rural - Municipalização (2008 - 2011)	0,00	62.513.296,02	489.592.637
▶ 1% FPM (dezembro 2007 a dezembro 2011)	880.753,86	736.861.653,23	10.833.223.904
▶ AFM - Apoio Financeiro aos Municípios - (2009)	214.623,96	173.292.754,08	2.765.495.923
▶ FEX (Fundo Exportação) - (2004 - 2011)	100.266,23	387.718.543,41	4.818.782.163
▶ Repasses Extra do FPM - (2009 - 2011)	561.782,55	473.213.173,04	6.957.253.594
Conquistas total	4.345.670,22	6.966.192.360,74	118.273.313.808,73

Conquistas municipalistas	Município	Estado	Brasil
▶ Alteração da Alíquota da COFINS que incidiria no IR (1999 - 2011)	994.669,27	678.398.701,73	10.016.362.987
▶ Fim da compensação da COFINS no IPI (2004 - 2011)	130.665,01	102.121.572,93	1.510.618.098
▶ PAES (crédito FPM dezembro 2005)	103.317,09	44.517.184,65	651.839.284
▶ Iluminação Pública (2003 - 2010)	1.461.635,57	1.535.282.790,03	22.316.248.950
▶ Repasse do Salário Educação (2004 - 2010)	1.119.388,08	1.326.274.305,55	23.745.644.775
▶ Contribuição de Intervenção do Domínio Econômico (2004 - 2010)	222.896,14	215.618.593,62	3.556.366.863
▶ ISS (2004 - 2010)	186.959,43	699.131.555,08	18.705.589.764
▶ Transporte Escolar (2004 - 2011)	475.709,08	118.078.132,82	2.240.686.769
▶ Merenda Escolar (2006 - 2011)	435.851,00	413.170.104,56	9.665.608.097
▶ ITR - Imposto Territorial Rural - Municipalização (2008 - 2011)	0,00	62.513.296,02	489.592.637
▶ 1% FPM (dezembro 2007 a dezembro 2011)	923.383,59	736.861.653,23	10.833.223.904
▶ AFM - Apoio Financeiro aos Municípios - (2009)	214.623,96	173.292.754,08	2.765.495.923
▶ FEX (Fundo Exportação) - (2004 - 2011)	349.780,22	387.718.543,41	4.818.782.163
▶ Repasses Extra do FPM - (2009 - 2011)	561.782,55	473.213.173,04	6.957.253.594
Conquistas total	7.180.661,00	6.966.192.360,74	118.273.313.808,73

Eugênio de Castro/RS



Conquistas municipalistas	Município	Estado	Brasil
▶ Alteração da Alíquota da COFINS que incidiria no IR (1999 - 2011)	810.237,67	678.398.701,73	10.016.362.987
▶ Fim da compensação da COFINS no IPI (2004 - 2011)	122.126,52	102.121.572,93	1.510.618.098
▶ PAES (crédito FPM dezembro 2005)	51.658,55	44.517.184,65	651.839.284
▶ Iluminação Pública (2003 - 2010)	948.203,15	1.535.282.790,03	22.316.248.950
▶ Repasse do Salário Educação (2004 - 2010)	284.182,83	1.326.274.305,55	23.745.644.775
▶ Contribuição de Intervenção do Domínio Econômico (2004 - 2010)	150.184,77	215.618.593,62	3.556.366.863
▶ ISS (2004 - 2010)	23.954,17	699.131.555,08	18.705.589.764
▶ Transporte Escolar (2004 - 2011)	115.609,17	118.078.132,82	2.240.686.769
▶ Merenda Escolar (2006 - 2011)	185.370,79	413.170.104,56	9.665.608.097
▶ ITR - Imposto Territorial Rural - Municipalização (2008 - 2011)	0,00	62.513.296,02	489.592.637
▶ 1% FPM (dezembro 2007 a dezembro 2011)	880.753,86	736.861.653,23	10.833.223.904
▶ AFM - Apoio Financeiro aos Municípios - (2009)	214.623,96	173.292.754,08	2.765.495.923
▶ FEX (Fundo Exportação) - (2004 - 2011)	216.466,15	387.718.543,41	4.818.782.163
▶ Repasses Extra do FPM - (2009 - 2011)	561.782,55	473.213.173,04	6.957.253.594
Conquistas total	4.565.154,13	6.966.192.360,74	118.273.313.808,73

Conquistas municipalistas	Município	Estado	Brasil
▶ Alteração da Alíquota da COFINS que incidiria no IR (1999 - 2011)	810.237,67	678.398.701,73	10.016.362.987
▶ Fim da compensação da COFINS no IPI (2004 - 2011)	122.126,52	102.121.572,93	1.510.618.098
▶ PAES (crédito FPM dezembro 2005)	51.658,55	44.517.184,65	651.839.284
▶ Iluminação Pública (2003 - 2010)	1.222.169,10	1.535.282.790,03	22.316.248.950
▶ Repasse do Salário Educação (2004 - 2010)	639.680,67	1.326.274.305,55	23.745.644.775
▶ Contribuição de Intervenção do Domínio Econômico (2004 - 2010)	156.518,58	215.618.593,62	3.556.366.863
▶ ISS (2004 - 2010)	0,00	699.131.555,08	18.705.589.764
▶ Transporte Escolar (2004 - 2011)	287.886,30	118.078.132,82	2.240.686.769
▶ Merenda Escolar (2006 - 2011)	138.625,11	413.170.104,56	9.665.608.097
▶ ITR - Imposto Territorial Rural - Municipalização (2008 - 2011)	112.652,47	62.513.296,02	489.592.637
▶ 1% FPM (dezembro 2007 a dezembro 2011)	880.753,86	736.861.653,23	10.833.223.904
▶ AFM - Apoio Financeiro aos Municípios - (2009)	214.623,96	173.292.754,08	2.765.495.923
▶ FEX (Fundo Exportação) - (2004 - 2011)	409.948,17	387.718.543,41	4.818.782.163
▶ Repasses Extra do FPM - (2009 - 2011)	561.782,55	473.213.173,04	6.957.253.594
Conquistas total	5.608.663,52	6.966.192.360,74	118.273.313.808,73

Conquistas municipalistas	Município	Estado	Brasil
▶ Alteração da Alíquota da COFINS que incidiria no IR (1999 - 2011)	1.771.797,57	678.398.701,73	10.016.362.987
▶ Fim da compensação da COFINS no IPI (2004 - 2011)	249.894,84	102.121.572,93	1.510.618.098
▶ PAES (crédito FPM dezembro 2005)	154.975,64	44.517.184,65	651.839.284
▶ Iluminação Pública (2003 - 2010)	3.085.959,56	1.535.282.790,03	22.316.248.950
▶ Repasse do Salário Educação (2004 - 2010)	2.188.715,93	1.326.274.305,55	23.745.644.775
▶ Contribuição de Intervenção do Domínio Econômico (2004 - 2010)	420.816,49	215.618.593,62	3.556.366.863
▶ ISS (2004 - 2010)	196.374,27	699.131.555,08	18.705.589.764
▶ Transporte Escolar (2004 - 2011)	210.390,75	118.078.132,82	2.240.686.769
▶ Merenda Escolar (2006 - 2011)	1.336.403,13	413.170.104,56	9.665.608.097
▶ ITR - Imposto Territorial Rural - Municipalização (2008 - 2011)	158.442,02	62.513.296,02	489.592.637
▶ 1% FPM (dezembro 2007 a dezembro 2011)	1.804.137,45	736.861.653,23	10.833.223.904
▶ AFM - Apoio Financeiro aos Municípios - (2009)	429.247,97	173.292.754,08	2.765.495.923
▶ FEX (Fundo Exportação) - (2004 - 2011)	621.393,31	387.718.543,41	4.818.782.163
▶ Repasses Extra do FPM - (2009 - 2011)	1.123.565,10	473.213.173,04	6.957.253.594
Conquistas total	13.752.114,04	6.966.192.360,74	118.273.313.808,73

Guarani das Missões/RS



Conquistas municipalistas	Município	Estado	Brasil
▶ Alteração da Alíquota da COFINS que incidiria no IR (1999 - 2011)	853.544,07	678.398.701,73	10.016.362.987
▶ Fim da compensação da COFINS no IPI (2004 - 2011)	123.041,56	102.121.572,93	1.510.618.098
▶ PAES (crédito FPM dezembro 2005)	68.878,06	44.517.184,65	651.839.284
▶ Iluminação Pública (2003 - 2010)	1.305.941,86	1.535.282.790,03	22.316.248.950
▶ Repasse do Salário Educação (2004 - 2010)	1.172.065,67	1.326.274.305,55	23.745.644.775
▶ Contribuição de Intervenção do Domínio Econômico (2004 - 2010)	204.721,25	215.618.593,62	3.556.366.863
▶ ISS (2004 - 2010)	114.382,58	699.131.555,08	18.705.589.764
▶ Transporte Escolar (2004 - 2011)	295.215,34	118.078.132,82	2.240.686.769
▶ Merenda Escolar (2006 - 2011)	380.792,32	413.170.104,56	9.665.608.097
▶ ITR - Imposto Territorial Rural - Municipalização (2008 - 2011)	0,00	62.513.296,02	489.592.637
▶ 1% FPM (dezembro 2007 a dezembro 2011)	894.963,77	736.861.653,23	10.833.223.904
▶ AFM - Apoio Financeiro aos Municípios - (2009)	214.623,96	173.292.754,08	2.765.495.923
▶ FEX (Fundo Exportação) - (2004 - 2011)	280.287,40	387.718.543,41	4.818.782.163
▶ Repasses Extra do FPM - (2009 - 2011)	561.782,55	473.213.173,04	6.957.253.594
Conquistas total	6.470.240,41	6.966.192.360,74	118.273.313.808,73

Conquistas municipalistas	Município	Estado	Brasil
▶ Alteração da Alíquota da COFINS que incidiria no IR (1999 - 2011)	810.237,67	678.398.701,73	10.016.362.987
▶ Fim da compensação da COFINS no IPI (2004 - 2011)	122.126,52	102.121.572,93	1.510.618.098
▶ PAES (crédito FPM dezembro 2005)	51.658,55	44.517.184,65	651.839.284
▶ Iluminação Pública (2003 - 2010)	0,00	1.535.282.790,03	22.316.248.950
▶ Repasse do Salário Educação (2004 - 2010)	688.443,16	1.326.274.305,55	23.745.644.775
▶ Contribuição de Intervenção do Domínio Econômico (2004 - 2010)	155.058,95	215.618.593,62	3.556.366.863
▶ ISS (2004 - 2010)	102.676,65	699.131.555,08	18.705.589.764
▶ Transporte Escolar (2004 - 2011)	279.253,82	118.078.132,82	2.240.686.769
▶ Merenda Escolar (2006 - 2011)	159.239,58	413.170.104,56	9.665.608.097
▶ ITR - Imposto Territorial Rural - Municipalização (2008 - 2011)	324.192,97	62.513.296,02	489.592.637
▶ 1% FPM (dezembro 2007 a dezembro 2011)	880.753,86	736.861.653,23	10.833.223.904
▶ AFM - Apoio Financeiro aos Municípios - (2009)	214.623,96	173.292.754,08	2.765.495.923
▶ FEX (Fundo Exportação) - (2004 - 2011)	251.551,00	387.718.543,41	4.818.782.163
▶ Repasses Extra do FPM - (2009 - 2011)	561.782,55	473.213.173,04	6.957.253.594
Conquistas total	4.601.599,24	6.966.192.360,74	118.273.313.808,73

Mato Queimado/RS



Conquistas municipalistas	Município	Estado	Brasil
▶ Alteração da Alíquota da COFINS que incidiria no IR (1999 - 2011)	724.080,46	678.398.701,73	10.016.362.987
▶ Fim da compensação da COFINS no IPI (2004 - 2011)	122.126,52	102.121.572,93	1.510.618.098
▶ PAES (crédito FPM dezembro 2005)	51.658,55	44.517.184,65	651.839.284
▶ Iluminação Pública (2003 - 2010)	767.582,85	1.535.282.790,03	22.316.248.950
▶ Repasse do Salário Educação (2004 - 2010)	303.086,43	1.326.274.305,55	23.745.644.775
▶ Contribuição de Intervenção do Domínio Econômico (2004 - 2010)	138.122,67	215.618.593,62	3.556.366.863
▶ ISS (2004 - 2010)	23.214,76	699.131.555,08	18.705.589.764
▶ Transporte Escolar (2004 - 2011)	93.786,42	118.078.132,82	2.240.686.769
▶ Merenda Escolar (2006 - 2011)	107.813,21	413.170.104,56	9.665.608.097
▶ ITR - Imposto Territorial Rural - Municipalização (2008 - 2011)	0,00	62.513.296,02	489.592.637
▶ 1% FPM (dezembro 2007 a dezembro 2011)	880.753,86	736.861.653,23	10.833.223.904
▶ AFM - Apoio Financeiro aos Municípios - (2009)	214.623,96	173.292.754,08	2.765.495.923
▶ FEX (Fundo Exportação) - (2004 - 2011)	105.659,31	387.718.543,41	4.818.782.163
▶ Repasses Extra do FPM - (2009 - 2011)	561.782,55	473.213.173,04	6.957.253.594
Conquistas total	4.094.291,55	6.966.192.360,74	118.273.313.808,73

Conquistas municipalistas	Município	Estado	Brasil
▶ Alteração da Alíquota da COFINS que incidiria no IR (1999 - 2011)	810.237,67	678.398.701,73	10.016.362.987
▶ Fim da compensação da COFINS no IPI (2004 - 2011)	122.126,52	102.121.572,93	1.510.618.098
▶ PAES (crédito FPM dezembro 2005)	51.658,55	44.517.184,65	651.839.284
▶ Iluminação Pública (2003 - 2010)	853.317,32	1.535.282.790,03	22.316.248.950
▶ Repasse do Salário Educação (2004 - 2010)	462.525,38	1.326.274.305,55	23.745.644.775
▶ Contribuição de Intervenção do Domínio Econômico (2004 - 2010)	149.247,74	215.618.593,62	3.556.366.863
▶ ISS (2004 - 2010)	33.071,40	699.131.555,08	18.705.589.764
▶ Transporte Escolar (2004 - 2011)	218.714,52	118.078.132,82	2.240.686.769
▶ Merenda Escolar (2006 - 2011)	194.596,05	413.170.104,56	9.665.608.097
▶ ITR - Imposto Territorial Rural - Municipalização (2008 - 2011)	0,00	62.513.296,02	489.592.637
▶ 1% FPM (dezembro 2007 a dezembro 2011)	880.753,86	736.861.653,23	10.833.223.904
▶ AFM - Apoio Financeiro aos Municípios - (2009)	214.623,96	173.292.754,08	2.765.495.923
▶ FEX (Fundo Exportação) - (2004 - 2011)	118.650,31	387.718.543,41	4.818.782.163
▶ Repasses Extra do FPM - (2009 - 2011)	561.782,55	473.213.173,04	6.957.253.594
Conquistas total	4.671.305,82	6.966.192.360,74	118.273.313.808,73

Conquistas municipalistas	Município	Estado	Brasil
▶ Alteração da Alíquota da COFINS que incidiria no IR (1999 - 2011)	1.080.316,83	678.398.701,73	10.016.362.987
▶ Fim da compensação da COFINS no IPI (2004 - 2011)	162.835,35	102.121.572,93	1.510.618.098
▶ PAES (crédito FPM dezembro 2005)	68.878,06	44.517.184,65	651.839.284
▶ Iluminação Pública (2003 - 2010)	1.541.384,89	1.535.282.790,03	22.316.248.950
▶ Repasse do Salário Educação (2004 - 2010)	1.144.439,05	1.326.274.305,55	23.745.644.775
▶ Contribuição de Intervenção do Domínio Econômico (2004 - 2010)	270.373,56	215.618.593,62	3.556.366.863
▶ ISS (2004 - 2010)	224.544,82	699.131.555,08	18.705.589.764
▶ Transporte Escolar (2004 - 2011)	390.808,57	118.078.132,82	2.240.686.769
▶ Merenda Escolar (2006 - 2011)	522.556,06	413.170.104,56	9.665.608.097
▶ ITR - Imposto Territorial Rural - Municipalização (2008 - 2011)	17.663,53	62.513.296,02	489.592.637
▶ 1% FPM (dezembro 2007 a dezembro 2011)	1.174.338,48	736.861.653,23	10.833.223.904
▶ AFM - Apoio Financeiro aos Municípios - (2009)	286.165,34	173.292.754,08	2.765.495.923
▶ FEX (Fundo Exportação) - (2004 - 2011)	286.300,94	387.718.543,41	4.818.782.163
▶ Repasses Extra do FPM - (2009 - 2011)	749.043,40	473.213.173,04	6.957.253.594
Conquistas total	7.919.648,89	6.966.192.360,74	118.273.313.808,73

Conquistas municipalistas	Município	Estado	Brasil
▶ Alteração da Alíquota da COFINS que incidiria no IR (1999 - 2011)	724.080,46	678.398.701,73	10.016.362.987
▶ Fim da compensação da COFINS no IPI (2004 - 2011)	122.126,52	102.121.572,93	1.510.618.098
▶ PAES (crédito FPM dezembro 2005)	51.658,55	44.517.184,65	651.839.284
▶ Iluminação Pública (2003 - 2010)	0,00	1.535.282.790,03	22.316.248.950
▶ Repasse do Salário Educação (2004 - 2010)	294.978,83	1.326.274.305,55	23.745.644.775
▶ Contribuição de Intervenção do Domínio Econômico (2004 - 2010)	146.888,98	215.618.593,62	3.556.366.863
▶ ISS (2004 - 2010)	90.276,78	699.131.555,08	18.705.589.764
▶ Transporte Escolar (2004 - 2011)	127.543,25	118.078.132,82	2.240.686.769
▶ Merenda Escolar (2006 - 2011)	79.665,22	413.170.104,56	9.665.608.097
▶ ITR - Imposto Territorial Rural - Municipalização (2008 - 2011)	0,00	62.513.296,02	489.592.637
▶ 1% FPM (dezembro 2007 a dezembro 2011)	880.753,86	736.861.653,23	10.833.223.904
▶ AFM - Apoio Financeiro aos Municípios - (2009)	214.623,96	173.292.754,08	2.765.495.923
▶ FEX (Fundo Exportação) - (2004 - 2011)	147.554,68	387.718.543,41	4.818.782.163
▶ Repasses Extra do FPM - (2009 - 2011)	561.782,55	473.213.173,04	6.957.253.594
Conquistas total	3.441.933,64	6.966.192.360,74	118.273.313.808,73

Roque Gonzales/RS



Conquistas municipalistas	Município	Estado	Brasil
▶ Alteração da Alíquota da COFINS que incidiria no IR (1999 - 2011)	853.544,07	678.398.701,73	10.016.362.987
▶ Fim da compensação da COFINS no IPI (2004 - 2011)	123.041,56	102.121.572,93	1.510.618.098
▶ PAES (crédito FPM dezembro 2005)	68.878,06	44.517.184,65	651.839.284
▶ Iluminação Pública (2003 - 2010)	1.259.102,75	1.535.282.790,03	22.316.248.950
▶ Repasse do Salário Educação (2004 - 2010)	889.630,00	1.326.274.305,55	23.745.644.775
▶ Contribuição de Intervenção do Domínio Econômico (2004 - 2010)	192.441,46	215.618.593,62	3.556.366.863
▶ ISS (2004 - 2010)	1.469.229,60	699.131.555,08	18.705.589.764
▶ Transporte Escolar (2004 - 2011)	248.343,96	118.078.132,82	2.240.686.769
▶ Merenda Escolar (2006 - 2011)	258.496,32	413.170.104,56	9.665.608.097
▶ ITR - Imposto Territorial Rural - Municipalização (2008 - 2011)	0,00	62.513.296,02	489.592.637
▶ 1% FPM (dezembro 2007 a dezembro 2011)	894.963,77	736.861.653,23	10.833.223.904
▶ AFM - Apoio Financeiro aos Municípios - (2009)	214.623,96	173.292.754,08	2.765.495.923
▶ FEX (Fundo Exportação) - (2004 - 2011)	215.127,15	387.718.543,41	4.818.782.163
▶ Repasses Extra do FPM - (2009 - 2011)	561.782,55	473.213.173,04	6.957.253.594
Conquistas total	7.249.205,22	6.966.192.360,74	118.273.313.808,73

Salvador das Missões/RS



Conquistas municipalistas	Município	Estado	Brasil
▶ Alteração da Alíquota da COFINS que incidiria no IR (1999 - 2011)	810.237,67	678.398.701,73	10.016.362.987
▶ Fim da compensação da COFINS no IPI (2004 - 2011)	122.126,52	102.121.572,93	1.510.618.098
▶ PAES (crédito FPM dezembro 2005)	51.658,55	44.517.184,65	651.839.284
▶ Iluminação Pública (2003 - 2010)	0,00	1.535.282.790,03	22.316.248.950
▶ Repasse do Salário Educação (2004 - 2010)	291.121,79	1.326.274.305,55	23.745.644.775
▶ Contribuição de Intervenção do Domínio Econômico (2004 - 2010)	145.400,44	215.618.593,62	3.556.366.863
▶ ISS (2004 - 2010)	1.224.559,84	699.131.555,08	18.705.589.764
▶ Transporte Escolar (2004 - 2011)	85.762,37	118.078.132,82	2.240.686.769
▶ Merenda Escolar (2006 - 2011)	64.746,66	413.170.104,56	9.665.608.097
▶ ITR - Imposto Territorial Rural - Municipalização (2008 - 2011)	0,00	62.513.296,02	489.592.637
▶ 1% FPM (dezembro 2007 a dezembro 2011)	880.753,86	736.861.653,23	10.833.223.904
▶ AFM - Apoio Financeiro aos Municípios - (2009)	214.623,96	173.292.754,08	2.765.495.923
▶ FEX (Fundo Exportação) - (2004 - 2011)	177.104,44	387.718.543,41	4.818.782.163
▶ Repasses Extra do FPM - (2009 - 2011)	561.782,55	473.213.173,04	6.957.253.594
Conquistas total	4.629.878,64	6.966.192.360,74	118.273.313.808,73

Santo Ângelo/RS



Conquistas municipalistas	Município	Estado	Brasil
▶ Alteração da Alíquota da COFINS que incidiria no IR (1999 - 2011)	3.547.701,17	678.398.701,73	10.016.362.987
▶ Fim da compensação da COFINS no IPI (2004 - 2011)	524.286,02	102.121.572,93	1.510.618.098
▶ PAES (crédito FPM dezembro 2005)	258.292,73	44.517.184,65	651.839.284
▶ Iluminação Pública (2003 - 2010)	8.689.468,65	1.535.282.790,03	22.316.248.950
▶ Repasse do Salário Educação (2004 - 2010)	7.762.427,99	1.326.274.305,55	23.745.644.775
▶ Contribuição de Intervenção do Domínio Econômico (2004 - 2010)	1.284.507,30	215.618.593,62	3.556.366.863
▶ ISS (2004 - 2010)	4.023.117,93	699.131.555,08	18.705.589.764
▶ Transporte Escolar (2004 - 2011)	325.477,39	118.078.132,82	2.240.686.769
▶ Merenda Escolar (2006 - 2011)	2.311.906,53	413.170.104,56	9.665.608.097
▶ ITR - Imposto Territorial Rural - Municipalização (2008 - 2011)	60.516,25	62.513.296,02	489.592.637
▶ 1% FPM (dezembro 2007 a dezembro 2011)	3.845.019,88	736.861.653,23	10.833.223.904
▶ AFM - Apoio Financeiro aos Municípios - (2009)	930.037,26	173.292.754,08	2.765.495.923
▶ FEX (Fundo Exportação) - (2004 - 2011)	1.489.297,88	387.718.543,41	4.818.782.163
▶ Repasses Extra do FPM - (2009 - 2011)	2.434.391,05	473.213.173,04	6.957.253.594
Conquistas total	37.486.448,03	6.966.192.360,74	118.273.313.808,73

Santo Antônio das Missões/RS



Conquistas municipalistas	Município	Estado	Brasil
▶ Alteração da Alíquota da COFINS que incidiria no IR (1999 - 2011)	1.116.488,83	678.398.701,73	10.016.362.987
▶ Fim da compensação da COFINS no IPI (2004 - 2011)	162.784,84	102.121.572,93	1.510.618.098
▶ PAES (crédito FPM dezembro 2005)	86.097,58	44.517.184,65	651.839.284
▶ Iluminação Pública (2003 - 2010)	1.788.770,28	1.535.282.790,03	22.316.248.950
▶ Repasse do Salário Educação (2004 - 2010)	1.952.726,14	1.326.274.305,55	23.745.644.775
▶ Contribuição de Intervenção do Domínio Econômico (2004 - 2010)	280.337,94	215.618.593,62	3.556.366.863
▶ ISS (2004 - 2010)	448.512,22	699.131.555,08	18.705.589.764
▶ Transporte Escolar (2004 - 2011)	244.890,00	118.078.132,82	2.240.686.769
▶ Merenda Escolar (2006 - 2011)	601.636,05	413.170.104,56	9.665.608.097
▶ ITR - Imposto Territorial Rural - Municipalização (2008 - 2011)	570.831,69	62.513.296,02	489.592.637
▶ 1% FPM (dezembro 2007 a dezembro 2011)	1.188.548,39	736.861.653,23	10.833.223.904
▶ AFM - Apoio Financeiro aos Municípios - (2009)	286.165,34	173.292.754,08	2.765.495.923
▶ FEX (Fundo Exportação) - (2004 - 2011)	458.392,78	387.718.543,41	4.818.782.163
▶ Repasses Extra do FPM - (2009 - 2011)	749.043,40	473.213.173,04	6.957.253.594
Conquistas total	9.935.225,48	6.966.192.360,74	118.273.313.808,73

São Luiz Gonzaga/RS



Conquistas municipalistas	Município	Estado	Brasil
▶ Alteração da Alíquota da COFINS que incidiria no IR (1999 - 2011)	2.306.096,37	678.398.701,73	10.016.362.987
▶ Fim da compensação da COFINS no IPI (2004 - 2011)	329.381,38	102.121.572,93	1.510.618.098
▶ PAES (crédito FPM dezembro 2005)	189.414,67	44.517.184,65	651.839.284
▶ Iluminação Pública (2003 - 2010)	4.600.881,18	1.535.282.790,03	22.316.248.950
▶ Repasse do Salário Educação (2004 - 2010)	4.112.885,56	1.326.274.305,55	23.745.644.775
▶ Contribuição de Intervenção do Domínio Econômico (2004 - 2010)	673.070,92	215.618.593,62	3.556.366.863
▶ ISS (2004 - 2010)	1.360.908,48	699.131.555,08	18.705.589.764
▶ Transporte Escolar (2004 - 2011)	100.142,55	118.078.132,82	2.240.686.769
▶ Merenda Escolar (2006 - 2011)	1.061.018,09	413.170.104,56	9.665.608.097
▶ ITR - Imposto Territorial Rural - Municipalização (2008 - 2011)	389.423,93	62.513.296,02	489.592.637
▶ 1% FPM (dezembro 2007 a dezembro 2011)	2.391.306,69	736.861.653,23	10.833.223.904
▶ AFM - Apoio Financeiro aos Municípios - (2009)	572.330,60	173.292.754,08	2.765.495.923
▶ FEX (Fundo Exportação) - (2004 - 2011)	832.100,47	387.718.543,41	4.818.782.163
▶ Repasses Extra do FPM - (2009 - 2011)	1.498.086,80	473.213.173,04	6.957.253.594
Conquistas total	20.417.047,69	6.966.192.360,74	118.273.313.808,73

São Miguel das Missões/RS



Conquistas municipalistas	Município	Estado	Brasil
▶ Alteração da Alíquota da COFINS que incidiria no IR (1999 - 2011)	853.544,07	678.398.701,73	10.016.362.987
▶ Fim da compensação da COFINS no IPI (2004 - 2011)	123.041,56	102.121.572,93	1.510.618.098
▶ PAES (crédito FPM dezembro 2005)	68.878,06	44.517.184,65	651.839.284
▶ Iluminação Pública (2003 - 2010)	1.615.840,68	1.535.282.790,03	22.316.248.950
▶ Repasse do Salário Educação (2004 - 2010)	1.334.425,86	1.326.274.305,55	23.745.644.775
▶ Contribuição de Intervenção do Domínio Econômico (2004 - 2010)	194.837,57	215.618.593,62	3.556.366.863
▶ ISS (2004 - 2010)	106.994,20	699.131.555,08	18.705.589.764
▶ Transporte Escolar (2004 - 2011)	558.615,58	118.078.132,82	2.240.686.769
▶ Merenda Escolar (2006 - 2011)	371.588,53	413.170.104,56	9.665.608.097
▶ ITR - Imposto Territorial Rural - Municipalização (2008 - 2011)	251.808,00	62.513.296,02	489.592.637
▶ 1% FPM (dezembro 2007 a dezembro 2011)	894.963,77	736.861.653,23	10.833.223.904
▶ AFM - Apoio Financeiro aos Municípios - (2009)	214.623,96	173.292.754,08	2.765.495.923
▶ FEX (Fundo Exportação) - (2004 - 2011)	457.298,32	387.718.543,41	4.818.782.163
▶ Repasses Extra do FPM - (2009 - 2011)	561.782,55	473.213.173,04	6.957.253.594
Conquistas total	7.608.242,72	6.966.192.360,74	118.273.313.808,73

Conquistas municipalistas	Município	Estado	Brasil
▶ Alteração da Alíquota da COFINS que incidiria no IR (1999 - 2011)	810.237,67	678.398.701,73	10.016.362.987
▶ Fim da compensação da COFINS no IPI (2004 - 2011)	122.126,52	102.121.572,93	1.510.618.098
▶ PAES (crédito FPM dezembro 2005)	51.658,55	44.517.184,65	651.839.284
▶ Iluminação Pública (2003 - 2010)	1.092.854,96	1.535.282.790,03	22.316.248.950
▶ Repasse do Salário Educação (2004 - 2010)	1.089.025,58	1.326.274.305,55	23.745.644.775
▶ Contribuição de Intervenção do Domínio Econômico (2004 - 2010)	179.391,90	215.618.593,62	3.556.366.863
▶ ISS (2004 - 2010)	76.488,65	699.131.555,08	18.705.589.764
▶ Transporte Escolar (2004 - 2011)	250.027,04	118.078.132,82	2.240.686.769
▶ Merenda Escolar (2006 - 2011)	294.962,49	413.170.104,56	9.665.608.097
▶ ITR - Imposto Territorial Rural - Municipalização (2008 - 2011)	0,00	62.513.296,02	489.592.637
▶ 1% FPM (dezembro 2007 a dezembro 2011)	880.753,86	736.861.653,23	10.833.223.904
▶ AFM - Apoio Financeiro aos Municípios - (2009)	214.623,96	173.292.754,08	2.765.495.923
▶ FEX (Fundo Exportação) - (2004 - 2011)	156.346,91	387.718.543,41	4.818.782.163
▶ Repasses Extra do FPM - (2009 - 2011)	561.782,55	473.213.173,04	6.957.253.594
Conquistas total	5.780.280,63	6.966.192.360,74	118.273.313.808,73

São Paulo das Missões/RS



Conquistas municipalistas	Município	Estado	Brasil
▶ Alteração da Alíquota da COFINS que incidiria no IR (1999 - 2011)	853.544,07	678.398.701,73	10.016.362.987
▶ Fim da compensação da COFINS no IPI (2004 - 2011)	123.041,56	102.121.572,93	1.510.618.098
▶ PAES (crédito FPM dezembro 2005)	68.878,06	44.517.184,65	651.839.284
▶ Iluminação Pública (2003 - 2010)	1.212.830,93	1.535.282.790,03	22.316.248.950
▶ Repasse do Salário Educação (2004 - 2010)	1.216.284,80	1.326.274.305,55	23.745.644.775
▶ Contribuição de Intervenção do Domínio Econômico (2004 - 2010)	184.960,01	215.618.593,62	3.556.366.863
▶ ISS (2004 - 2010)	100.656,95	699.131.555,08	18.705.589.764
▶ Transporte Escolar (2004 - 2011)	463.091,23	118.078.132,82	2.240.686.769
▶ Merenda Escolar (2006 - 2011)	416.385,84	413.170.104,56	9.665.608.097
▶ ITR - Imposto Territorial Rural - Municipalização (2008 - 2011)	0,00	62.513.296,02	489.592.637
▶ 1% FPM (dezembro 2007 a dezembro 2011)	894.963,77	736.861.653,23	10.833.223.904
▶ AFM - Apoio Financeiro aos Municípios - (2009)	214.623,96	173.292.754,08	2.765.495.923
▶ FEX (Fundo Exportação) - (2004 - 2011)	196.704,31	387.718.543,41	4.818.782.163
▶ Repasses Extra do FPM - (2009 - 2011)	561.782,55	473.213.173,04	6.957.253.594
Conquistas total	6.507.748,05	6.966.192.360,74	118.273.313.808,73

São Pedro do Butiá/RS



Conquistas municipalistas	Município	Estado	Brasil
▶ Alteração da Alíquota da COFINS que incidiria no IR (1999 - 2011)	810.237,67	678.398.701,73	10.016.362.987
▶ Fim da compensação da COFINS no IPI (2004 - 2011)	122.126,52	102.121.572,93	1.510.618.098
▶ PAES (crédito FPM dezembro 2005)	51.658,55	44.517.184,65	651.839.284
▶ Iluminação Pública (2003 - 2010)	934.848,84	1.535.282.790,03	22.316.248.950
▶ Repasse do Salário Educação (2004 - 2010)	251.779,00	1.326.274.305,55	23.745.644.775
▶ Contribuição de Intervenção do Domínio Econômico (2004 - 2010)	147.562,46	215.618.593,62	3.556.366.863
▶ ISS (2004 - 2010)	41.407,11	699.131.555,08	18.705.589.764
▶ Transporte Escolar (2004 - 2011)	92.727,46	118.078.132,82	2.240.686.769
▶ Merenda Escolar (2006 - 2011)	55.532,65	413.170.104,56	9.665.608.097
▶ ITR - Imposto Territorial Rural - Municipalização (2008 - 2011)	0,00	62.513.296,02	489.592.637
▶ 1% FPM (dezembro 2007 a dezembro 2011)	880.753,86	736.861.653,23	10.833.223.904
▶ AFM - Apoio Financeiro aos Municípios - (2009)	214.623,96	173.292.754,08	2.765.495.923
▶ FEX (Fundo Exportação) - (2004 - 2011)	200.587,65	387.718.543,41	4.818.782.163
▶ Repasses Extra do FPM - (2009 - 2011)	561.782,55	473.213.173,04	6.957.253.594
Conquistas total	4.365.628,27	6.966.192.360,74	118.273.313.808,73

Sete de Setembro/RS



Conquistas municipalistas	Município	Estado	Brasil
▶ Alteração da Alíquota da COFINS que incidiria no IR (1999 - 2011)	810.237,67	678.398.701,73	10.016.362.987
▶ Fim da compensação da COFINS no IPI (2004 - 2011)	122.126,52	102.121.572,93	1.510.618.098
▶ PAES (crédito FPM dezembro 2005)	51.658,55	44.517.184,65	651.839.284
▶ Iluminação Pública (2003 - 2010)	0,00	1.535.282.790,03	22.316.248.950
▶ Repasse do Salário Educação (2004 - 2010)	132.925,37	1.326.274.305,55	23.745.644.775
▶ Contribuição de Intervenção do Domínio Econômico (2004 - 2010)	140.816,97	215.618.593,62	3.556.366.863
▶ ISS (2004 - 2010)	37.369,15	699.131.555,08	18.705.589.764
▶ Transporte Escolar (2004 - 2011)	63.475,96	118.078.132,82	2.240.686.769
▶ Merenda Escolar (2006 - 2011)	119.091,28	413.170.104,56	9.665.608.097
▶ ITR - Imposto Territorial Rural - Municipalização (2008 - 2011)	0,00	62.513.296,02	489.592.637
▶ 1% FPM (dezembro 2007 a dezembro 2011)	880.753,86	736.861.653,23	10.833.223.904
▶ AFM - Apoio Financeiro aos Municípios - (2009)	214.623,96	173.292.754,08	2.765.495.923
▶ FEX (Fundo Exportação) - (2004 - 2011)	95.043,83	387.718.543,41	4.818.782.163
▶ Repasses Extra do FPM - (2009 - 2011)	561.782,55	473.213.173,04	6.957.253.594
Conquistas total	3.229.905,66	6.966.192.360,74	118.273.313.808,73

Conquistas municipalistas	Município	Estado	Brasil
▶ Alteração da Alíquota da COFINS que incidiria no IR (1999 - 2011)	810.237,67	678.398.701,73	10.016.362.987
▶ Fim da compensação da COFINS no IPI (2004 - 2011)	122.126,52	102.121.572,93	1.510.618.098
▶ PAES (crédito FPM dezembro 2005)	51.658,55	44.517.184,65	651.839.284
▶ Iluminação Pública (2003 - 2010)	764.640,73	1.535.282.790,03	22.316.248.950
▶ Repasse do Salário Educação (2004 - 2010)	161.341,79	1.326.274.305,55	23.745.644.775
▶ Contribuição de Intervenção do Domínio Econômico (2004 - 2010)	144.035,02	215.618.593,62	3.556.366.863
▶ ISS (2004 - 2010)	3.377,85	699.131.555,08	18.705.589.764
▶ Transporte Escolar (2004 - 2011)	75.332,47	118.078.132,82	2.240.686.769
▶ Merenda Escolar (2006 - 2011)	34.409,18	413.170.104,56	9.665.608.097
▶ ITR - Imposto Territorial Rural - Municipalização (2008 - 2011)	0,00	62.513.296,02	489.592.637
▶ 1% FPM (dezembro 2007 a dezembro 2011)	880.753,86	736.861.653,23	10.833.223.904
▶ AFM - Apoio Financeiro aos Municípios - (2009)	214.623,96	173.292.754,08	2.765.495.923
▶ FEX (Fundo Exportação) - (2004 - 2011)	122.229,38	387.718.543,41	4.818.782.163
▶ Repasses Extra do FPM - (2009 - 2011)	561.782,55	473.213.173,04	6.957.253.594
Conquistas total	3.946.549,52	6.966.192.360,74	118.273.313.808,73

Vitória das Missões/RS



Conquistas municipalistas	Município	Estado	Brasil
▶ Alteração da Alíquota da COFINS que incidiria no IR (1999 - 2011)	810.237,67	678.398.701,73	10.016.362.987
▶ Fim da compensação da COFINS no IPI (2004 - 2011)	122.126,52	102.121.572,93	1.510.618.098
▶ PAES (crédito FPM dezembro 2005)	51.658,55	44.517.184,65	651.839.284
▶ Iluminação Pública (2003 - 2010)	846.425,22	1.535.282.790,03	22.316.248.950
▶ Repasse do Salário Educação (2004 - 2010)	465.762,08	1.326.274.305,55	23.745.644.775
▶ Contribuição de Intervenção do Domínio Econômico (2004 - 2010)	155.959,86	215.618.593,62	3.556.366.863
▶ ISS (2004 - 2010)	59.157,12	699.131.555,08	18.705.589.764
▶ Transporte Escolar (2004 - 2011)	234.895,62	118.078.132,82	2.240.686.769
▶ Merenda Escolar (2006 - 2011)	179.119,19	413.170.104,56	9.665.608.097
▶ ITR - Imposto Territorial Rural - Municipalização (2008 - 2011)	0,00	62.513.296,02	489.592.637
▶ 1% FPM (dezembro 2007 a dezembro 2011)	880.753,86	736.861.653,23	10.833.223.904
▶ AFM - Apoio Financeiro aos Municípios - (2009)	214.623,96	173.292.754,08	2.765.495.923
▶ FEX (Fundo Exportação) - (2004 - 2011)	125.746,63	387.718.543,41	4.818.782.163
▶ Repasses Extra do FPM - (2009 - 2011)	561.782,55	473.213.173,04	6.957.253.594
Conquistas total	4.708.248,83	6.966.192.360,74	118.273.313.808,73

Último ano de mandato

DAS CONDUTAS VEDADAS



A Lei Eleitoral (Lei 9504/97) em seu art. 73 traz um elenco de condutas vedadas aos agentes públicos, dentre as quais destacamos:

- Ceder ou usar, em benefício de candidato, partido político ou coligação, bens móveis ou imóveis pertencentes à administração direta ou indireta do Município, ressalvada a realização de convenção partidária;
- Ceder servidor público ou empregado da administração direta ou indireta do Poder Executivo Municipal, ou usar do seu serviço, para comitês de campanha eleitoral de candidato, partido político ou coligação, durante o horário de expediente normal, salvo se o servidor ou empregado estiver licenciado;
- Fazer ou permitir uso promocional em favor de candidato, partido político ou coligação, de distribuição gratuita de bens e serviços de caráter social custeados ou subvencionados pelo Poder Público Municipal;

DAS CONDUTAS VEDADAS



- Nomear, contratar ou de qualquer forma admitir, demitir sem justa causa, suprimir ou readaptar vantagens ou por outros meios dificultar ou impedir o exercício funcional e, ainda, ex officio, remover, transferir ou exonerar servidor público, na circunscrição do pleito, **nos três meses que o antecedem e até a posse dos eleitos**, sob pena de nulidade de pleno direito, **ressalvados**, a nomeação ou exoneração de cargos em comissão e designação ou dispensa de funções de confiança; nomeação dos aprovados em concursos públicos homologados até o início do prazo de 3 meses antes do pleito; a nomeação ou contratação necessária à instalação ou ao funcionamento inadiável de serviços públicos essenciais, com prévia e expressa autorização do Chefe do Poder Executivo;.

DAS CONDUTAS VEDADAS



Ficam proibidas também nos **três meses** que antecedem o pleito:

- Realizar transferência voluntária de recursos da União aos Estados e Municípios, e dos Estados aos Municípios, sob pena de nulidade de pleno direito, ressalvados os recursos destinados a cumprir obrigação formal preexistente para execução de obra ou serviço em andamento e com cronograma prefixado, e os destinados a atender situações de emergência e de calamidade pública;
- Com exceção da propaganda de produtos e serviços que tenham concorrência no mercado, autorizar publicidade institucional dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos federais, estaduais ou municipais, ou das respectivas entidades da administração indireta, salvo em caso de grave e urgente necessidade pública, assim reconhecida pela Justiça Eleitoral;

DAS CONDUTAS VEDADAS



- Fazer pronunciamento em cadeia de rádio e televisão, fora do horário eleitoral gratuito, salvo quando, a critério da Justiça Eleitoral, tratar-se de matéria urgente, relevante e característica das funções de governo;
- Realizar, em ano de eleição, nos três meses que antecedem o pleito, despesas com publicidade dos órgãos públicos federais, estaduais ou municipais, ou das respectivas entidades da administração indireta, que excedam a média dos gastos nos três últimos anos que antecedem o pleito ou do último ano imediatamente anterior à eleição.

DAS CONDUTAS VEDADAS



- Fazer, na circunscrição do pleito, revisão geral da remuneração dos servidores públicos que exceda a recomposição da perda de seu poder aquisitivo ao longo do ano da eleição, a partir do início do prazo estabelecido no art. 7º desta Lei e até a posse dos eleitos.(cento e oitenta dias antes) – 10 de abril.
- No ano em que se realizar eleição, fica proibida a distribuição gratuita de bens, valores ou benefícios por parte da Administração Pública, exceto nos casos de calamidade pública, de estado de emergência ou de programas sociais autorizados em lei e já em execução orçamentária no exercício anterior, casos em que o Ministério Público poderá promover o acompanhamento de sua execução financeira e administrativa. (Incluído pela Lei nº 11.300, de 2006).

CASO – SANTO AUGUSTO/RS



- O Tribunal de Contas do Rio Grande do Sul (TCE/RS) mandou o Município desconstituir a contratação de 12 agentes comunitários de saúde do Município.
- O Município não soube informar a real razão da desconstituição da contratação desses empregados públicos.
- Por se tratar de um serviço público inadiável o Município solicitou autorização da Câmara de Vereadores para realizar a contratação emergencial até o fim do ano.
- Procedeu ainda a administração na realização de concurso público para preenchimento das funções que , em razão da vedação eleitoral, só poderão ocorrer em 2013.

CASO – MIRAGUAÍ/RS



- o Município realizou concurso para vários cargos e planejou a homologação do resultado final do concurso em 26/06/2012, dentro, portanto, do período permitido pela lei eleitoral (a lei permite a homologação até 3 meses antes do pleito).
- Entretanto houve denúncia junto ao Ministério Público no sentido de que o concurso teria motivação política e o senhor prefeito preferiu suspender a homologação do resultado final ainda que não houvesse nenhuma irregularidade.

Muito Obrigado!

Paulo Ziulkoski
Presidente da CNM

